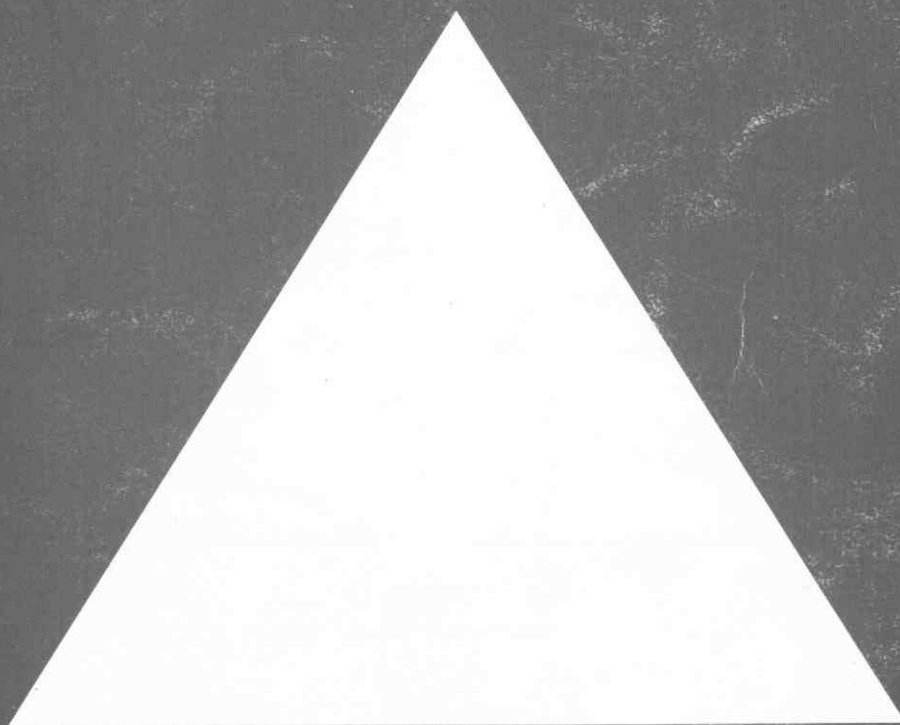


BOLETIM
MUNICIPAL
DE AVEIRO

ANO IX-Nº 17

bibRIA



FL
908
141

BOLETIM MUNICIPAL DE AVEIRO

bibRIA



BIBLIOTECA
municipal de aveiro

**FUNDO
LOCAL**

**INTERDITO
AO
EMPRÉSTIMO**

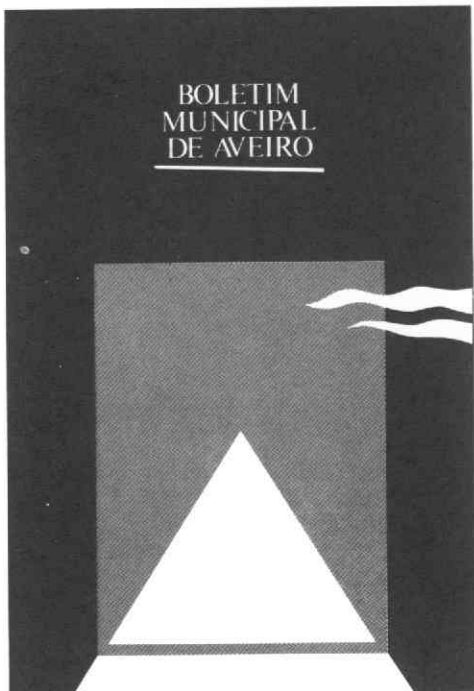


BIBLIOTECA
municipal de aveiro

**PUBLICAÇÕES
PERIÓDICAS**

OFERTA

bibRIA



O ENCANTO DA RIA

Está-me a parecer que nós, os de Aveiro, mesmo no Céu, mesmo mergulhados no mar imenso dos divinos encantamentos, havemos de ter alguma saudade do fresco panorama do sal, da alva sementeira das marinhas, da faina dos marnotos tismados, da graça ligeira das salineiras; até penso que, de quando em quando, através das núvens ou das estrelas, procurarão ainda os nossos olhos o antigo encanto dos montinhos de sal.

D. João Evangelista de Lima Vidal
(«Correio do Vouga», 22-5-1954)



bibRIA

BOLETIM N.º 17

DIRECÇÃO: Presidente da Câmara Municipal de Aveiro – Vereador do Pelouro da Cultura

PROPRIEDADE: Câmara Municipal de Aveiro

REDACÇÃO: Praça da República – Aveiro – Tel. 24081/82

SUPERVISÃO: Assessor da C.M.A.

CAPA: Jeremias Bandarra (Design)

TIRAGEM: 1.000 exemplares

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO: Tipave – Indústrias Gráficas de Aveiro, Lda.

Depósito Legal n.º 12 442/86

ISBN 972-9137-13-7

Abertura – Prof. Celso dos Santos	7
O Comércio do Sal de Aveiro até meados de XVII – Inês Amorim	9
Plano de Actividades – 1991	16
Evolução histórica de Aveiro – Maria Aurora Bernardo Henriques	17
Grupo Cénico «Tricanas e Galitos» – 1924	20
Arquivo Histórico Municipal – Maria Beatriz Soeiro de Matos Fernandes	21
Grupo Cénico do Clube dos Galitos – 1936	24
Museu Municipal de Aveiro – João Evangelista de Campos	25
Edições da Câmara Municipal	28
A pintura de azulejos em Aveiro (1882-1942) – Manuel Ferreira Rodrigues	29
Notícias	39
Notícias breves	55

bibRIA

Os textos assinados são da responsabilidade dos autores.

Os artigos publicados podem ser transcritos, total ou parcialmente, desde que se indique a origem.

Temos novamente a feliz oportunidade de pôr nas mãos dos Aveirenses o **Boletim Municipal** que, com este, já conta dezassete números. Desde a primeira edição, sempre pretendemos que as suas colunas fossem um espaço livre e aberto para acolher trabalhos que versassem temas referentes não apenas à nossa Cidade e à nossa Região, mas também a outros assuntos.

Ao longo das páginas do presente exemplar, encontram-se diversos artigos, todos reflectindo sobre vários pontos da história de Aveiro. Conhecer melhor a Terra onde se nasceu ou/e onde se vive constitui mormente hoje uma preocupação quer de jovens e adultos, quer mesmo de crianças. O comércio do sal de Aveiro até meados do século XVII, a evolução histórica de Aveiro, o arquivo histórico municipal, o museu municipal de Aveiro e a pintura de azulejos em Aveiro de 1882 a 1942... são títulos que encabeçam outros tantos estudos subscritos pela Dra. Inês Amorim, pela Dra. Maria Aurora Bernardo Henriques, pela Dra. Maria Beatriz Soeiro de Matos, por João Evangelista de Campos e pelo Dr. Manuel Ferreira Rodrigues. Jeremias Bandarra, com a sua requintada sensibilidade de artista, ilustrou a capa, inspirando-se na paisagem que nesta altura do ano nos é familiar, por sugestão do primeiro tema tratado nestas páginas; em Lima Vidal procurámos a sua legenda.

Do que aconteceu em Aveiro durante o primeiro semestre de 1991, pretendemos destacar alguns acontecimentos. Aqui, porém, nestas breves palavras de abertura, referimos o lançamento de um novo livro, editado a expensas do Município, da autoria da Dra. Maria João Violante Branco Marques da Silva. «Aveiro Medieval», nas suas duzentas páginas, vem recordar-nos as origens de Aveiro, alguns séculos da sua história e outras maneiras de estar no mundo e de viver em sociedade; bem documentado com 678 chamadas e notas em rodapé, além de nos recordar sistematicamente muito do que anda disperso, dá-nos novas informações e fornece-nos pistas de consulta e de investigação. Por se julgar que esta obra era importante para o conhecimento de Aveiro, é que a Câmara Municipal apostou na sua publicação.

O **Boletim Municipal de Aveiro** – não é demais repetir – continua aberto à colaboração de quem queira ajudar-nos a reviver o passado comum, a construir o tempo presente e a apresentar sugestões para o futuro. No confronto de ideias, sem quaisquer imposições, saberemos conviver em liberdade e dar as mãos... para bem da nossa Terra.

Aveiro, Junho de 1991

O Vereador do Pelouro da Cultura da C.M.A.,



(Prof. Celso dos Santos)

bibRIA

O Comércio do Sal de Aveiro até meados de XVII

— Relações comerciais com o Norte da Europa e Galiza

Inês Amorim

O nosso objectivo é desenhar as rotas do sal de Aveiro no mercado externo, atribuindo uma periodização ao desenvolvimento e afirmação de tal actividade, dentro do tempo anunciado, ou seja, até meados de XVII.

Quando no séc. XIV aumenta e se regulariza a produção do sal na Europa, com especialização geográfica e traçado dos circuitos internacionais, o litoral português destaca-se com os salgados de Aveiro e Tejo.^[1] E Virgínia Rau considera um conjunto de factores responsáveis da preferência pelo sal português nos mercados do Norte da Europa: «a luta travada entre a Liga Hanseática e os Neerlandeses pelo predomínio do Mar do Norte, a evolução e aperfeiçoamento da pesca e salgação do arenque, o desenvolvimento das pescarias do bacalhau, o incremento da indústria neerlandesa da refinação do sal, a expansão do comércio marítimo português»,^[2] mas sem dúvida «os períodos de crise da salicultura francesa»,^[3] quer seja a Guerra dos Cem Anos, quer o lançamento de impostos (*gabelle générale*), quer ainda as más colheitas de sal na costa atlântica francesa. Acrescenta ainda V. Rau que o sal, juntamente com o vinho, azeite e frutas, foram a moeda de troca que

a economia portuguesa usou para atingir as matérias-primas do Norte (cereais, madeiras, metais, alcatrão, breu), assim como mercadorias manufacturadas (tecidos de lã, aprestos navais, munições, etc).

No séc. XIV, Aveiro impunha-se em relação aos portos do Norte. Seria frequente a cabotagem do Vouga ao Douro e daqui para os portos franceses.^[4] Mas a Aveiro iam moradores de localidades à volta do Porto, que a cidade, pretendendo dominar o mercado do sal em todo o Norte, se opunha.^[5] Inclusivamente, por determinação municipal na vila e seu termo, evitava-se que os mercadores do Porto comprassem marinhas em Aveiro.^[6] Mas os interesses comerciais da vila registam-se em diferentes momentos: em 1361, nos capítulos gerais das cortes de Elvas, e em 1434 nas Cortes de Santarém. Na primeira data queixam-se os povos do estabelecimento duma postura que a gente de Aveiro estabelecera entre si que o sal se fizesse só nos meses de Julho e Agosto, resultando o encarecimento para o consumidor.^[7] Em 1434, num dos capítulos gerais enviados às Cortes de Lisboa pelo concelho de Aveiro, expunha que na vila e comarca, Esgueira, Vagos, Ílhavo,



Aveiro – Marnoto a
rer o sal

Vila de Moinho e outros lugares, estava estatuído que as marinhas se mantivessem cobertas de água até finais de Maio. Mas alguns fidalgos e escudeiros recorriam a El-Rei D. Afonso, obtendo alvarás de licença para utilizarem as marinhas antes do tempo fixado.⁽⁹⁾ Buscavam assim os proprietários nobres antecipar-se a fim de venderem o seu sal em melhores condições.⁽⁹⁾ Finalmente, nas cortes de Évora, em 1481, a vila de Aveiro, onde vinham galegos e outros estrangeiros», defendeu os interesses da sua exportação de sal, livre de quaisquer taxas, e protestavam contra o constrangimento de serem obrigados a enviar os seus agentes com o sal ou outras mercadorias; ainda reclamavam contra os oficiais da coroa que contrariavam o costume seguido pelos donos das marinhas de fretarem por procuração navios para carregarem o seu sal, rogando autorização para poderem fretar «quaees quer nauyos asy como se faz em todallas partes do mundo».⁽¹⁰⁾

As poucas estatísticas existentes para o séc. XVI da exportação do sal de Aveiro indicam quatro aspectos fundamentais:

1 — as intensas relações comerciais de Aveiro com a Feitoria da Flandres, Antuérpia, e cidades constelares, Arnemuidam e Midelburgo;

2 — a oferta única de sal;

3 — a existência duma marinha mercante significativa;

4 — um grupo profissional de homens de Aveiro à frente de embarcações provenientes de outros portos.

Vejam as estatísticas:

— tomando os 208 navios entrados em Arnemuidem em 1528-29, verificou-se que alguns tinham como ponto de partida: 44 de Aveiro, 34 de Viana, 33 de V. do Conde, 17 de Setúbal, 16 de Lisboa, 12 do Porto e 7 de Faro;⁽¹¹⁾

— em 1552, entraram no mesmo porto 71 barcos com sal, dos quais 4 de Portugal sem indicação da proveniência, 32 do sul da Espanha, 25 de Lisboa, e 10 de Aveiro. Ao comando de 19 navios portugueses estavam 9 de Aveiro, 7 de Lisboa, 4 do Porto e 1 de Zurara, e desses 19, 16 chegavam carregados de sal, cabendo aos de Aveiro o exclusivo transporte de tal mercadoria;⁽¹²⁾

Este relacionamento comercial com Antuérpia e portos circundantes será interrompido nos finais do séc. XVI, com a transformação de Amesterdão, mais a Norte, como o principal porto distribuidor de cereais, madeiras e linhos vindos do Báltico. Antuérpia é esmagada pela intolerância religiosa e política de Espanha, perdendo o seu tráfego internacional, herdado agora pela Holanda.⁽¹³⁾ As escáculas internacionais passam agora a ser os Países Baixos, Alemanha e Báltico. Este tráfego caracteriza-se pelas viagens triangulares: os navios vêm da Holanda a Lisboa onde carregam sal, especiarias e por vezes vinho que levam a Dantzig, nas

planícies da Polónia, donde trazem o precioso trigo e pez.⁽¹⁴⁾ A estatística dos barcos dessa proveniência que atravessaram o estreito de Sund entre 1557 e 1657 mostra o predomínio dos holandeses com 47 937, enquanto Portugal com 8 712 vem bastante depois da França com 18 463. Entretanto, no que diz respeito aos navios carregados em Portugal, no mesmo período, Setúbal vem à frente com 6 788, seguido de Lisboa com 1 473, e finalmente Aveiro regista 447. Saliente-se que depois de ter atingido um máximo de 68 embarcações, igual número para Setúbal, e metade para Lisboa, no ano de 1603, Aveiro deixou de ter qualquer significado no transporte de mercadorias pelo estreito de Sund.⁽¹⁵⁾

Quais os factores para este afastamento das rotas do Báltico, e predominância de Setúbal? A mim afiguram-se três razões fundamentais:

1 — primeira, várias e repetidas vezes apontada, será o factor geográfico e geológico, a avanço do cordão litoral das areias que apertava a barra cada vez mais, impedindo a entrada de navios de porte;

2 — segunda, e que me parece significativa, Aveiro estava fora dos circuitos comerciais das costas africanas e orientais, sem qualquer outra actividade senão o sal e sempre o sal;

3 — finalmente, parece-me que a proximidade da Galiza e a união dinástica favoreceram a relação preferencialmente com o porto de Aveiro a partir de finais do séc. XVI, ou seja factores geográficos e políticos.

A partir dos finais do séc. XVI, o comércio internacional estava definitivamente nas mãos dos holandeses, e estes preferiram Lisboa-Setúbal; um exemplo: as contas da companhia de navegação de Adriaen van Adrichem, relativas aos anos de 1569 a 1597, referem que, em 20 viagens directas para oeste, se contam 2 para portos franceses, 2 para portos espanhóis e 16 para portos portugueses, 14 para Lisboa-Setúbal e 2 para Aveiro.⁽¹⁶⁾

A partir da união dinástica, Filipe II irá usar o abastecimento do sal aos Países Baixos e aos transportadores holandeses como arma económica com fins políticos, promovendo arrestos de barcos, como aconteceu com o embargo em 1595 que paralizou cerca de 450 navios em portos portugueses, ou ainda, por alvará de 1601, o lançamento dum novo imposto de 220 reais sobre cada moio de sal que saísse para fora do Reino para lá dos 200 já até aí pagos e do direito do consulado, exceptuando o sal para consumo interno do reino e o levado por terra para Castela e por mar para os reinos de Galiza.⁽¹⁷⁾ Uma parte do sal de Setúbal passou a ser desviada para os portos da Galiza, Astúrias e Biscaia, e sobretudo quando, em 15 de Novembro de 1601, Filipe II autorizava o tesoureiro geral do sal dos reinos de Castela a poder tirar por mar 400.000 fangas de sal durante 8 anos.⁽¹⁸⁾

Ora os holandeses começam a singrar para as ilhas de Cabo Verde, assim como demandavam o sal francês; e os contemporâneos apercebem-se dos prejuízos causados à economia portuguesa, atribuindo à elevação dos direitos de exportação o afastamento dos nossos melhores compradores, e mesmo abaixamento dos preços do sal.⁽¹⁹⁾ Em 1609, desiludido com a luta travada com os rebeldes holandeses, Filipe II assina uma trégua com as Províncias Unidas por 12 anos, propiciando o reabastecimento em Portugal.⁽²⁰⁾ Em 1617 andava arrendado a André Lopes Pinto o direito do sal que saía dos portos de Setúbal, Lisboa e Aveiro, por 30 contos, sendo voz corrente que trazia grandes lucros ao arrendatário.⁽²¹⁾ A 9 de Abril de 1621 termina a trégua dos 12 anos, e uma carta régia determina que os holandeses fossem novamente tratados como inimigos.⁽²²⁾ O contrabando vai ser a alternativa, mas a exportação portuguesa está restringida. No entanto as necessidades económicas peninsulares, sobretudo a falta de cereais, impõem a concessão de salvo-condutos e passaportes, trazendo a Portugal os grandes transportadores neerlandeses.⁽²³⁾

Entretanto a Galiza e as Astúrias tornaram-se igualmente pontos de escoamento da produção portuguesa. Os sucessivos contratos demonstram-no:

— o alvará de 25 de Junho de 1624 isentava do direito de 220 reais as 400.000 fangas de sal que se exportariam para a Galiza e Astúrias por conta da coroa de Castela;⁽²⁴⁾

— a provisão de 13 de Julho do mesmo ano autorizava o saque das salinas de Portugal, de 400.000 fangas por ano no espaço de dez anos, lançando mesmo de coacção se necessária.⁽²⁵⁾ Aveiro exemplifica este facto:

«Eu El Rei faço saber a vós juiz de fora da Comarca de Castela com Martim de Bolivar (cujo cessionário e o licenciado Dom João Sapata de la Torre) da renda e direitos de sal para provimento dos partidos do Reino da Galiza e Principado das Astúrias se pôs por condição que para as quatrocentas mil fanegas de sal que podem tirar cada ano do meu Reino de Portugal, as justiças dele fariam embargar os navios e caravelas que fossem necessários para navegar o sal; e porque convém que na provisão dele não haja dilação, e Martim de Bolivar cumpra o arrendamento, hei por bem e vos mando que embargueis os navios e caravelas por o levarem a Galiza e Astúrias, e isto durante o arrendamento com que não sejam os navios e caravelas dos estrangeiros, senão dos naturais desse meu Reino de Portugal que não estiverem aprestados ou aprestando-se para as conquistas dele, ou para servirem em minhas armadas, dando fiança a que não derrotarão a outra alguma parte, e irão em direitura a Galiza e Astúrias, e trarão certidão dos oficiais a que tocar de como lá fizeram a entrega e descarga do sal que levaram [...] Madrid, 22 de Setembro de 1625»;⁽²⁶⁾

— por volta de Janeiro de 1633, Filipe IV dava ordem para se poder tirar do Reino, livres de direitos, até 400.000 fanegas para as Províncias de Galiza e Astúrias, e o alvará de 19 de Setembro do mesmo ano declarava que tal provimento seria posto em administração sob a superintendência do Secretário de Estado Diogo Soares, ficando o Doutor Estêvão de Foios em Aveiro, e o Doutor Francisco de Carvalho em Setúbal, ambos sujeitos



Aveiro – Marinhas e montes de sal

à Jurisdição de Castela. E outros alvarás se sucedem em 1634, 36, 38 e 39.⁽²⁷⁾

Parece-me pois que Aveiro nunca viu diminuir a sua produção, e, embora não se conheçam livros de Alfândega para todo este período (só na última década de XVII), é muito provável que a produção não bastasse à procura por duas razões fundamentais de foro técnico:

1. enquanto nas marinhas de Setúbal 1 m2 se superfície cristalizadora precisa de 1,5 a 1,6 m2, em Aveiro 1 m2 precisa de 8 a 10 m2 de superfície cristalizadora,⁽²⁸⁾ ou seja, o alto nível da produção atingido em Setúbal era 5 a 6 vezes maior do que em Aveiro;

2. interligada com a anterior, as perturbações da Barra com submersão de marinhas traduz-se naturalmente num abaixamento da produção, mas que não está quantitativamente provado para o séc. XVII.

Depois da Restauração, durante 20 anos os diplomatas portugueses esforçaram-se por negociar um tratado de paz com a Holanda, enquanto esta oscilava entre a paz na Europa, porque precisava do sal de Setúbal, e a guerra nas restantes partes do Império Português.⁽²⁹⁾

E em Aveiro o que se passa entretanto? A acreditar nos dados relativos às trocas económicas entre o Porto e a Galiza, de 1640 a 1668, a guerra e depradações substituíram o intercâmbio comercial, e nos períodos de afrouxamento da guerra o contrabando retomaria ligeiramente as actividades.⁽³⁰⁾ Este período poderia ter afectado realmente a procura do sal em Aveiro, se considerarmos ser a Galiza a principal escápula. E esta, desenvolvendo cada vez mais a actividade do pescado fresco ou salgado que começa mesmo a chegar aos portos portugueses de Entre Douro e Minho até mesmo a Aveiro,⁽³¹⁾ necessitava de reatar o abastecimento do sal português.

O tratado de paz com a Holanda (1669) é conhecido pela abordagem feita por Virgínia Rau, demonstrando que o sal de Setúbal representou um papel de primeira importância e serviu para garantir a posse dos nossos domínios em África, América e Oriente, sobressaindo a notável produção daquele em relação a Lisboa e Aveiro.⁽³²⁾

Porém, em Dezembro de 1668, surge num Livro de Notário de Aveiro um contrato de obrigação que refere a compra de sal pelo Reino de Galiza e Astúrias a Aveiro.⁽³³⁾ Salienta-se este documento por desconhecermos qualquer referência a tal contrato, e por ter sido escolhida esta vila para o registar — o que atesta em minha opinião representar este porto um papel fundamental em relação ao mercado galego, contrariando a historiografia tradicional local que insiste na decadência de Aveiro. Uma leitura atenta releva os seguintes aspectos:

— escritura feita a 30/12/1668, na vila de

Aveiro e pousadas de João de Magalhães, uma das partes interessadas;

— da outra parte Dom Fradique de Almeida e Castro, vivendo em Aveiro, mas natural da cidade da Corunha, Reino da Galiza, como procurador de seu irmão Dom Manuel de Almeida Castro, da Vila de Pontedume do mesmo Reino;

— refere o contrato estabelecido por D. Manuel de Castro com D. Bartolomeu Montezinos, Tesoureiro e Administrador Geral das salinas do Reino de Galiza e Principado das Astúrias, por escritura de 13 de Outubro de 1668, na Vila de Ponte Vedra, em que o primeiro se encarrega de providenciar o abastecimento de algumas cidades da Galiza em quantidade de 50.000 fanegas de sal, por duas etapas: 1. até finais de Dezembro de 1668, 22.000 fanegas, 2. durante os meses de Abril, Maio e Junho, as restantes 28.000 fanegas. As vilas e cidades referidas são as seguintes: Ponte Vedra 18.000 fanegas de sal, Redondela 8.000, Vigo 4.000, Pobra 4.000, Vila Garcia 6.000, Muros 4.000 e Boucas 2.000;

— o contrato feito em três partes iguais, João de Magalhães de Aveiro, Dom Fradique de Castro e Dom Manuel de Castro, da Galiza, com perdas e ganhos por conta dos três, competindo a João de Magalhães carregar o sal em Portugal, Aveiro, Lisboa, Setúbal, Figueira ou em qualquer outro porto, fretar os barcos necessários e enviá-los para a Galiza acompanhados de respectivas cartas de fretamento. Dom Fradique e Dom Manuel, encarregar-se-iam de cobrar o dinheiro da entrega das fanegas de sal e pagariam aos mestres das embarcações;

— para assegurar o contrato, João de Magalhães havia já recebido a importância de 779.038 réis de boa moeda portuguesa que viria a ser completada até ao final do contrato;

— todas as perdas e ganhos seriam divididos equitativamente.

Da leitura de tal documento apercebemo-nos dos seguintes aspectos:

1 — a constituição de sociedades prontas a estabelecerem um rápido escoamento e abastecimento de produtos fundamentais;

2 — as próprias cidades e vilas (Vigo, Ponte Vedra, etc.) a procurarem o seu próprio sustento sobretudo depois do colapso da dinastia espanhola;

3 — a ausência por parte da Galiza (e praticamente de toda a Espanha na época), de embarcações que encaminhassem o sal;

4 — o pagamento feito em moeda portuguesa, depois de terem sido cambiados em Lisboa os doubles espanhóis, a João de Magalhães, enquanto que entre Dom Fradique e Dom Manuel se estabelecem preços em bilhão, moeda de cobre, atesta aquilo que é conhecido para a época, ou seja, a prata só serve para as transacções com o estran-

geiro com altas cotações, e a de cobre usada internamente;⁽³⁴⁾

5 — o quantitativo da exportação, 50.000 fanegas⁽³⁵⁾, corresponderia aproximadamente a 200.000 alqueires, ou melhor, por ser medição própria do sal e passível de estudo comparativo, entre 3571,5 a 3125 moios⁽³⁶⁾ conforme os cálculos, o que significa um esforço anual de 1600 moios aproximadamente. Se acreditarmos, pelos dados conhecidos, que dez anos mais tarde a produção média de Aveiro era de 290, 3 moios⁽³⁶⁾ constata-se a impossibilidade de abastecimento por Aveiro, mas pelo menos a produção desta estava encaminhada;

6 — porém o contratador português vivia em Aveiro e foi escolhida esta vila para registar o contrato, o que poderia significar a sua importância relativamente a este produto no contexto do comércio marítimo no Noroeste de Portugal.

As conclusões finalmente:

1 — Não foi Aveiro que entrou em decadência nos finais do séc. XVI, mas foi o eixo Lisboa-Setúbal que aumentou a sua produção;

2 — Com a união dinástica muito provavelmente Aveiro acentuou as suas relações comerciais com a Galiza;

3 — A Restauração terá abalado os contactos, mas o contrabando permitiu a manutenção das relações, e a prová-lo estará a facilidade com que se operam contratos, logo que as tréguas se assinam;

4 — Os factores político-económicos alteram as grandes rotas comerciais, e Lisboa tem para oferecer às novas potências marítimas uma variedade de produtos que Aveiro não possui;

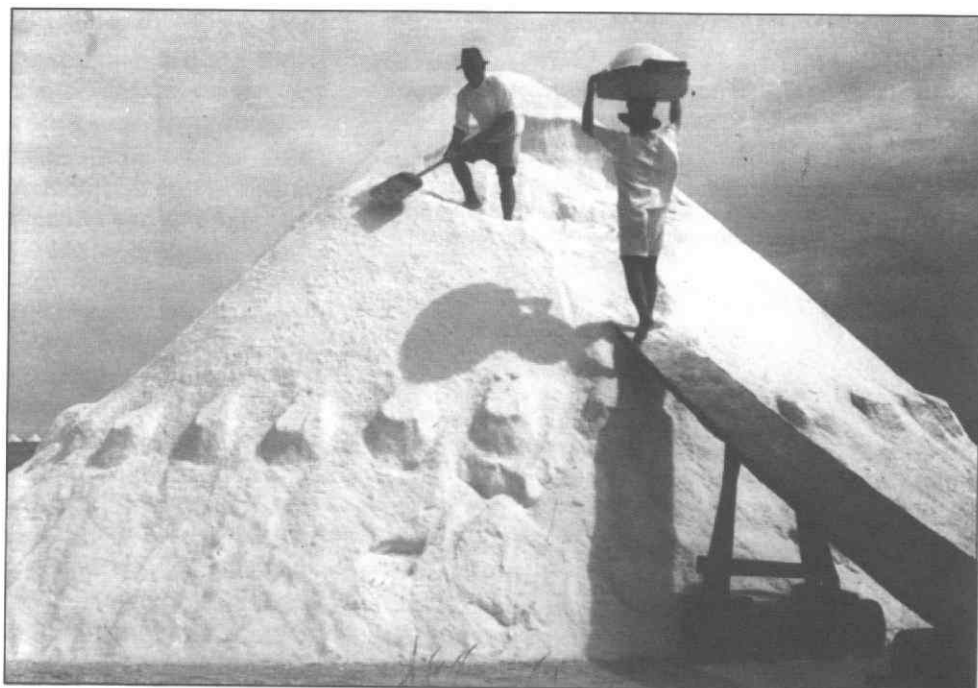
5 — Parece-me pois que as explicações até hoje delineadas de um determinismo dos efeitos nefastos do aperto da barra do Vouga não são suficientes para se falar em «decadência»;

6 — Antes de mais será preferível questionar as séries contínuas dos livros da Alfândega para o séc. XVIII, e descobrir as coordenadas em que se encontra a produção do sal em Aveiro.

Inês Amorim

NOTAS

- (1) GODINHO, V. Magalhães, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, vol. 4, Lisboa, Editorial Presença, 1983, págs. 137-138.
- (2) RAU, Virgínia, *Estudos sobre a História do sal português*, Lisboa, Editorial Presença, 1984, pág. 281.
- (3) Id., *Ibid.*, pág. 286.
- (4) Id., *Ibid.*, pág. 99.
- (5) Id., *Ibid.*, pág. 100.
- (6) GODINHO, V. Magalhães, o.c., pág. 138.
- (7) RAU, Virgínia, o.c., pág. 106.
- (8) Id., *Ibid.*, pág. 107.
- (9) GODINHO, V. Magalhães, o.c., pág. 138.
- (10) RAU, Virgínia, o.c., págs. 122-123.
- (11) Id., *Ibid.*, pág. 132.
- (12) Id., *Ibid.*, pág. 134.
- (13) Id., *Ibid.*, pág. 138.
- (14) GODINHO, V. Magalhães, o.c., pág. 144.



Aveiro — Monte de sal

- (15) RAU, Virgínia, o.c., pág. 208.
- (16) Id., Ibid., págs. 150-151.
- (17) Id., Ibid., págs. 163.
- (18) Id., Ibid., págs. 164.
- (19) Id., Ibid., págs. 173.
- (20) Id., Ibid., págs. 177.
- (21) Id., Ibid., págs. 178.
- (22) Id., Ibid., págs. 179.
- (23) Id., Ibid., págs. 186.
- (24) Id., Ibid., págs. 181.
- (25) Id., Ibid., págs. 182.
- (26) *Milenário de Aveiro*, vol. 2, Aveiro, edição da Câmara Municipal, 1959, pág. 87. A grafia foi actualizada para melhor compreensão do texto.
- (27) RAU, Virgínia, o.c., pág. 190.
- (28) Id., Ibid., pág. 45.
- (29) Id., Ibid., págs. 237 e 286.
- (30) OLIVEIRA, Aurélio de, GARCIA LOMBARDEIRO, Jaime, *Alguns dados em torno das relações económicas entre o Porto – sua região e a Galiza na época moderna*, in «Revista de História», vol. 2, Porto, Centro de História da Universidade do Porto, pág. 130.
- (31) Id., Ibid., pág. 135.
- (32) RAU, Virgínia, o.c., págs. 289-290.
- (33) Arquivo Distrital de Aveiro, Secção Notarial, Aveiro, n. 11, fol. 80v a 82, em 30 de Dezembro de 1668.
- (34) TUNON DE LARA, M., dir. de, *História de Espanha*, vol. 5, Barcelona, Labor, 1982, pág. 243.
- (35) VITERBO, Sousa, *Elucidário das palavras termos e frases...*, vol. 2, Porto, Livraria Civilização, 1966, pág. 250. Na palavra fanga: «praça ou lugar público onde o pão se vendia por uma medida, que ainda hoje se usa [em 1798 pelo menos, data da 1.ª edição] chamada fanega que consta de quatro alqueires de medida corrente».
- (36) SERRÃO, Joel, dir, *Dicionário de História de Portugal*, vol. 5, Porto, Livraria Figueirinhas, 1979, pág. 71, sob o título «Pesos e Medidas», considera-se o moio grande entre 56 a 64 alqueires, a partir do qual estabelecemos o valor apresentado.

APÊNDICE

Transcrição do documento contido no Livro de Notário de Aveiro, Custódio Gomes Camão, n. 11, fol. 80v a 82, de 30 de Dezembro de 1668()*

Saibam quantos este instrumento de contrato e obrigação virem que no ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil e seiscentos e

*sessenta e oito aos trinta dias do mês de Dezembro do dito ano nesta nobre e notável vila de Aveiro e pousadas de João de Magalhães morador nesta dita vila reconhecido de mim tabelião pelo próprio assim nomeado de que dou fé e onde ele estava presente de uma parte e da outra Dom Fradique de Almeida e Castro agora assistente nesta dita vila e vizinho da cidade da Corunha, Reino de Galiza, como procurador bastante de seu irmão Dom Manuel de Almeida Castro, vizinho da vila de Pontedeume do mesmo Reino de Galiza. Logo pelo dito Dom Fradique de Castro foi dito perante mim tabelião e testemunhas ao diante assinadas que ele em nome do dito seu irmão Dom Manuel de Almeida e Castro e como seu procurador estava concertado e contratado com o dito João de Magalhães pela maneira seguinte: que porquanto o dito Dom Manuel de Castro fez assento de contrato com Dom Bartolomeu Montezinos Tesoureiro e Administrador Geral das salinas do Reino de Galiza e Principado de Astúrias, segundo carta de uma escritura que fez Francisco Domingues Tenerio escrivão, vizinho da Vila de Ponte Vedra aos treze dias do mês de Outubro de mil e seiscentos e sessenta e oito, em que o dito Dom Manuel de Castro a prover cinquenta mil fanegas de sal de palla carregada no dito Reino de Galiza, as vinte e duas mil fanegas desde o dito dia que se fez a escritura até ao fim de Dezembro de mil seiscentos e sessenta e oito nos Alflins (**) que cita a dita escritura que são na maneira seguinte: oito mil fanegas a Vila de Ponte Vedra, quatro mil aos de Redondela, duas mil aos de Vigo, duas mil aos de Pobra, três mil aos de Vila Garcia, duas mil aos de Muros e as mil restantes aos de Boucas, que em todas fazem as ditas vinte e duas mil fanegas [...]. E as outras vinte e oito mil fanegas restantes ao cumprimento das ditas cinquenta mil fanegas que era o que continha o assento nos meses de Abril, Maio e Junho que vêm do ano de mil e seiscentos e sessenta e nove postas e providas nos Alflins seguintes: nos de Ponte Vedra dez mil fanegas, nos de Redondela, quatro mil, nos de Vigo duas mil, nos de Pobra duas mil, nos de Vila Garcia três mil, nos de Muros duas mil, nos de Boucas mil, e nos de Corcobias e Laxe (?) quatro mil que em todas fazem as ditas vinte e oito mil fanegas, todas elas postas e providas nos ditos Alflins por conta e risco do dito Dom Manuel de Castro, e por cada uma se obriga o dito Dom Bartolomeu Montezinos pagar ao dito Dom Manuel de Castro a razão de oito reales e meio de bilhão e com outras condições e qualidades que contém a dita escritura de contrato. E por o dito Dom Fradique de Castro em nome do dito seu irmão em virtude do seu poder geral que tem se contratou e ajustou com o dito João de Magalhães e o sobredito com o dito Dom Fradique de Castro em que o dito contrato e assento que tinha feito o dito seu irmão*

Dom Manuel de Castro seu irmão com o dito Dom Bartolomeu Montezinos com as condições e cláusulas que contém que corresse por conta e risco de todos três o dito contrato a terça parte por conta do dito Dom Manuel de Castro, outra terça parte por conta do dito João de Magalhães tudo isto a perda e ganâncias por conta de todos os três com condição que o dito João de Magalhães se obriga de correr com a remissão e compra de sal neste Reino, para remeter as partes do dito Reino de Galiza segundo vai declarado atrás e todas as embarcações necessárias para o transporte do dito sal há-de fretar e ajustar o dito João de Magalhães o mesmo sal necessário para elas em Aveiro, Lisboa, Setúbal, Figueira ou na parte onde melhor convenha por conta de todos pelo menor que se puder de que há-de ter o dito João de Magalhães conta e razão por menor de tudo para dá-la aos ditos Dom Manuel e Dom Fradique de Castro quando lhe for pedido e para maior declaração remeterá em cada embarcação carta conta e (...) que nela fizer, juntamente um conhecimento dos que firmarem, os mestres das embarcações. E os ditos Dom Manuel e Dom Fradique de Castro hão-de ter obrigações de cuidar de cobrar no dito Reino de Galiza as quantidades de maravedis que devam cobrar pelas fanegas de sal que se entregarem e o mesmo para darem satisfação aos mestres das embarcações que levarem o dito sal na conformidade das cartas de fretamento que fizer o dito João de Magalhães sem de uma e outra parte haja omissão nem descuido algum em cumprir o que vai declarado com declaração e condição que ainda que o dito assento que fez o dito Dom Manuel de Castro ao dito Dom Bartolomeu Montezinos cinquenta mil reales de bilhão e para que tivesse o dito Dom Manuel satisfação pontual se acrescentou nas ditas cinquenta mil fanegas de contrato um real mais em cada fanega do qual contrato sabia muito bem e o reconhecia o dito João de Magalhães. E o dito João de Magalhães para a conta da compra do dito sal que há-de remeter confessou haver recebido de Dom Fradique de Castro setecentos e setenta e nove mil e trinta e oito réis deste Reino de Portugal os mesmos que somaram e montaram trezentos e sessenta e uma dobras de Espanha, cada uma de quatro pacatas que se trocaram em Lisboa a razão de dois mil cento e cinquenta e oito réis cada uma a qual dita quantia se obriga o dito João de Magalhães a fazer boa aos ditos Dom Manuel e Dom Fradique de Castro à conta das compras que fizer da dita compra de sal. E com mais declaração que o dito Dom Fradique de Castro em nome de seu irmão Dom Manuel de Castro se obriga de que antes do mês de Abril do ano que vem se seiscentos e sessenta e nove será obrigado a pôr em poder do dito João de Magalhães as ditas duas terças partes do dinheiro que

pode importar o sal que faltar de prover para o cumprimento do dito contrato das cinquenta nil fanegas e o mesmo o que importar a terça parte do dito João de Magalhães do sal que tiver remetido até à futura desta ao dito Reino por conta do dito contrato havendo levado dias em paz as embarcações sendo caso que a pessoa que trazer o dito dinheiro remetido ao dito João de Magalhães em nome do dito Dom Manuel de Castro e Dom Fradique de Castro lhe suceda algum risco perda ou dano será por conta de todos três e nesta conformidade qualidade e condição deste contrato se obrigava o dito Dom Fradique de Castro em seu nome e do dito seu irmão por sua pessoa e bens de fazer bem uma terça parte do dito contrato e que tudo ele será por conta e risco de todos três a perda e ganâncias. E nesta forma o dito João de Magalhães acertou este contrato com as condições e qualidades conteúdas e declaradas neste contrato e se obrigava a cumpri-lo e a guardá-lo na forma dele por sua pessoa e bens presentes e futuros e que remeterá as ditas cinquenta mil fanegas de sal ao dito Reino de Galiza, aos tempos assinalados não perdendo ocasião do tempo inclusas as embarcações de sal que já tem remetidas o dito João de Magalhães ao dito Dom Manuel de Castro assim desta vila de Aveiro como de Lisboa, Setúbal e Figueira desde o primeiro de Novembro (?) deste presente ano até à futura desta, e o que faltar ao cumprimento desta escritura e satisfação dele será obrigado a pagar todas as perdas e danos que por isso houver, o que tudo um e outro se obrigavam a cumprir e guardar como nela se contém sem dúvida nem embargo algum em fé e testemunha de verdade assim o outorgaram e de tudo mandaram fazer este instrumento nesta nota aonde assinou o dito Dom Fradique e o dito João de Magalhães de que concederam os três lados necessários sendo a tudo testemunhas presentes António Cardoso de Afonseca, e Felipe Gomes Alfaiate, moradores nesta dita vila e reconhecidos de mim tabelião que todos assinaram aqui...».

(*) Na transcrição actualizou-se a grafia e a pontuação para melhor compreensão do conteúdo. Não se alterou, porém, a redacção do texto. Este documento é precedido (fol. 78v a 80v. do mesmo Livro) duma procuração por parte de Dom Fradique de Castro a seu irmão Dom Manuel de Castro que não consideramos importante transcrever.

(**) Corresponde a «alfoli», celeiro público ou armazém de sal (in *Diccionario de la Lengua Espanola*, Tomo I, 20.ª edição, Madrid, Real Academia Espanola, 1984, pág. 64).

Plano de Actividades – 1991

QUADRO-RESUMO DA DESPESA

EDUCAÇÃO	110 000	contos
— Educação pré-escolar	14 800	
— Ensino básico	29 550	
— Ensino preparatório e secundário	65 250	
— Educação de adultos	400	
CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES	317 550	contos
— Cultura	157 050	
— Desporto e tempos livres	160 500	
ACÇÃO SOCIAL	103 080	contos
SAÚDE	4 500	contos
HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO	1 242 600	contos
— Habitação	991 100	
— Planeamento urbanístico	15 000	
— Iluminação pública	24 500	
— Urbanização	212 000	
PROTECÇÃO CIVIL	10 000	contos
— Bombeiros	8 000	
— Segurança pública	2 000	
SANEAMENTO E SALUBRIDADE	22 600	contos
— Rede de esgotos	6 000	
— Resíduos sólidos	10 600	
— Higiene pública	6 000	
DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E ABASTECIMENTO PÚBLICO	238.800	contos
— Água	2 500	
— Turismo	9 300	
— Mercados e Feiras	59 000	
— Estabelecimentos industriais ligados ao abastecimento	168 000	
COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES	407 300	contos
— Rede viária e sinalização	369 800	
— Transportes	20 000	
— Estacionamento	17 500	
DEFESA DO MEIO AMBIENTE	34 200	contos
RECUPERAÇÃO URBANA	30 000	contos

Evolução histórica de Aveiro

Maria Aurora Bernardo Henriques

A primeira fonte escrita que se conhece e que prova a existência milenária de Aveiro data de 959 e era referenciada com o nome de «Alavarium», querendo significar local onde abunda terra argilosa e água corrente.

A categoria de Vila, que lhe é atribuída nesta altura, não lhe confere a importância que à primeira vista parece ter, dado que nos séculos X e XI assim era designado qualquer agregado rústico. De pouca ou nenhuma importância, pela sua posição nada privilegiada para a guerra, sem castelo ou muralhas que a defendessem dos constantes ataques dos mouros, só algumas décadas mais tarde poderia vir a florescer, mercê do seu próspero comércio, da sua localização geográfica, propícia para navegação, do seu solo fértil para a prática agrícola e da sua actividade salicola.

Terra de navegadores e mareantes por excelência, só começou a sua verdadeira ascensão depois do século XII, com a tomada de Lisboa em 1147, porquanto só a partir de então o tráfego marítimo foi intensificado, após o afastamento do perigo que os árabes estabelecidos em Lisboa representavam em termos de pirataria.

Depois desta data, acentuou-se a sua importância e D. Dinis concedeu privilégios a quem quisesse vir morar para a vila de Aveiro. No século XV a vila nobre e notável atinge o seu máximo esplendor, sendo nesta altura pertença do Infante D. Pedro, que a cercaria de muralhas e que muito contribuiu para o seu desenvolvimento.

São no entanto, escassos os dados sobre a evolução do espaço urbano de Aveiro, especialmente anteriores ao século XV. Existem algumas memórias que fazem descrições sumárias dos seus monumentos, ruas largas e canais mais importantes, mas, quanto às manchas de ocupação do solo, poucos são os apontamentos organizados – o que dificulta a nossa função.

É ponto quase assente que a plataforma, demarcada pelo largo do Município, deveria ter sido o ponto de fixação primordial do povoado. O declive mais acentuado sobre o antigo esteiro, actualmente canal, formava a costeira, que libertava as habitações da humidade das marés. Foi, pois, aqui que se formou o centro cívico e se implantaram os edifícios públicos, de que são exemplo a igreja de S. Miguel, único templo paro-



Fonte dos Arcos –
Demolida em 1932 e
mais tarde reconstruída,
no outro lado do canal

quial por largos séculos, a albergaria de S. Brás e a casa municipal.

Se tivermos em atenção a inclinação das ruas que desta partem, sentimos claramente a importância que este muro teve no adensamento populacional, estendendo-se o casario segundo a grande linha definida a partir das pontes e abrangendo toda a rua direita (actualmente rua dos Combatentes da Grande Guerra).

No primeiro quartel do séc. XV, começou a formar-se o bairro da Vila Nova, sendo este um pequeno aglomerado de casas toscas espalhadas desde o braço do Cojo (que cortava a povoação de Poente a Nascente e separava deste o bairro mais antigo e nobre) até às vinhas de Sá, construídas de pobres paredes de adobes de lama, tendo humildes coberturas e tectos colmados. Possuía, no entanto, estaleiros onde se contruíam naus e caravelas, que viriam ajudar a conquista e expansão do território português e também barcos e galés destinados ao intercâmbio comercial.

Ainda no começo deste século, Aveiro vê o seu promissor futuro ser ameaçado por um devastador incêndio. Valeu-lhe, nesta altura, D. Pedro que reconstruiu a vila e cercou de muralhas o bairro nobre para sua defesa e liberdade.

Os muros começaram a ser construídos em 1418 e foram terminados alguns anos mais tarde. Além de quatro postigos e de vários torreões, tinham oito portas: A Sul, dando entrada para a rua Direita, a da Vila, ornada com o brasão de D. Pedro, e a Oriente desta, em frente à rua da Corredoura, situava-se a porta do Sol, seguiam-se as do Campo e do Cojo ou Cais, a da Ribeira situada junto à ponte e à rua da Costeira; continuando para Sudoeste, iríamos encontrar as do Alboi, de Rabães e de Vagos, esta última não longe do local onde posteriormente se ergueu o convento de Santo António.

A vila tinha nesta altura cerca de 3000 habitantes e espalhava-se para fora das referidas muralhas, formando, na margem Norte do canal, o já referido bairro da Vila Nova, onde se fixou uma população ligada às actividades marítimas. Para Sul, formava-se novo agrupamento populacional, cuja actividade dominante seria a agrícola; o bairro, devido à sua localização, era chamado Cimo da Vila. Junto das muralhas e perto da porta do Sol, fixou-se o bairro dos Oleiros. Ainda extramuros e na margem da ria para Ocidente, pululava outro bairro, que teve o nome de Alboi, onde, segundo certa tradição, se fixou uma população de estrangeiros, especialmente ingleses, holandeses e flamengos. Possuía cais acostável que servia de entreposto comercial e centro distribuidor de comércio externo, representado por firmas de várias nacionalidades.

Em meados de Quinhentos, Aveiro seria talvez o maior aglomerado populacional entre Douro e

Tejo (à excepção de Lisboa), o que motivou o bispo de Coimbra a repartir a única paróquia que existia em quatro, continuando a de S. Miguel como priorado e as outras vigarias: Vera-Cruz, S. Gonçalo ou Nossa Senhora da Apresentação e Espírito Santo. De facto, segundo o rol de população mandado tirar por aquele prelado, a freguesia de S. Miguel tinha em 1572, 11365 pessoas de comunhão, o que justificou a referida divisão.

Os poucos casais colmados, que nos meados do século XV formavam o arrabalde que era a Vila Nova, foram substituídos por um bairro populoso e rico, onde se formaram duas freguesias: a da Vera-Cruz e a da Nossa Senhora da Apresentação. As vinhas e as searas foram sendo progressivamente substituídas por novas construções, que iam surgindo de ano para ano de uma maneira notável.

No último quartel deste século (séc. XV), Aveiro inicia uma fase de retrocesso económico que se irá alastrar até ao séc. XIX, tendo como consequência a diminuição da população bem como o seu depauperio. As causas destes eventos podem encontrar-se no facto de a barra se ter deslocado gradualmente para Sul, piorando as condições portuárias e contribuindo para a sua obstrução, o que impediu as embarcações de saírem para as pescarias; por outro lado as águas, ficando retidas nas salinas, provocaram doenças na população e impediram a agricultura e a actividade salineira. Outras causas, que se podem aliar às já referidas, são a dominação castelhana e o desastre da «Invencível Armada», com graves consequências para o tráfego marítimo. Como prova do depauperamento de que a vila foi alvo, conta-se a drástica diminuição de população, que em 1685 ainda contava 10000 pessoas, mas, passados 50 anos, não ultrapassava os 5300 habitantes. Em 1736, as freguesias mais populosas eram a da Vera-Cruz e a do Espírito Santo, com 1428 habitantes a primeira e 1231 a segunda. S. Miguel era o bairro nobre da vila e apenas habitado por 1148 pessoas. A freguesia de Nossa Senhora da Apresentação era aquela que menos moradores contava, apenas 760, o que se justifica também dada a sua localização geográfica, pois o espaço entre o canal de S. Roque, o Rossio e o cais dos Mercantéis era então desabitado, uma vez que aí existiam alagoas e a marinha rossia.

Em 1756, verificar-se-ia uma sensível diminuição da população, aliás coincidente com um período de grave crise do passe da barra, sendo o número de habitantes da Vera-Cruz 960, S. Miguel 850, Espírito Santo 800 e Nossa Senhora da Apresentação 725.

A vila viria a ficar reduzida a 900 fogos com 3000 habitantes, sendo o número de óbitos duplo do de nascimentos, situação esta que se ficava a dever às inundações que eram provocadas pelo

assoreamento da barra e que desencadearam uma situação de miséria, doença e fome, dando à vila um aspecto miserável e confrangedor.

Curiosamente é neste período de recessão económica e populacional que crescem as casas religiosas e as grandes moradias da nobreza. Ergueu-se a singular igreja da Misericórdia, construiu-se o convento do Carmo e fundou-se o de Santo António. Ao longo do século XVII, levantar-se-iam os conventos das Carmelitas, de S. João Evangelista e das Franciscanas da Madre de Deus em Sá e o recolhimento das Freiras Capuchas de S. Bernardino. No primeiro quartel do século seguinte, edificou-se a capela do Senhor das Barrocas, culminando o século com a construção da casa municipal.

Em 1835 as quatro freguesias existentes são reduzidas a duas: a Sul a de Nossa Senhora da Glória, e a Norte a da Vera-Cruz, sendo a divisória estabelecida pelo canal central. A vetusta igreja de S. Miguel é demolida, abrindo a perspectiva do largo municipal; e o lugar de Sá, de que se conhece também referência milenária, é incorporado na cidade, em detrimento do concelho de Ílhavo, a que por anacronismo administrativo pertencia.

Três décadas mais tarde, e em consequência da inauguração da linha férrea, inicia-se a construção do bairro da estação. Do último terço do século XIX datam os bairros dos Santos Mártires e do Rossio.

São de referir diversos arranjos urbanísticos, no princípio de Novecentos, entre os quais destacamos o do cais de S. Roque e da zona da Praça do Peixe, e a transformação do terreiro das Carmelitas, de cuja ampliação resultou a Praça do Marquês de Pombal e as ruas que incidem na sua parte central.

No final do primeiro quartel, rasga-se a Avenida do Dr. Lourenço Peixinho, que viria imprimir à

urbe um aspecto mais «moderno» e desaforado, já que o percurso da estação tinha que ser efectuado por diversas ruas: Rua da Estação, Rua do Carmo, Rua do Gravito, Rua de Manuel Firmino e Rua de José Estêvão. É já nos meados do século que se cria, em torno do liceu de José Estêvão, o bairro do Dr. Álvaro Sampaio; simultaneamente, a antiga vila de Esgueira é integrada na cidade de Aveiro. Por outro lado, a construção do seminário, a partir de 1939, estabelece um fulcro de futura expansão, para o lugar de Santiago, o que efectivamente veio a acontecer, com especial relevo para as instalações da Universidade, que aí se localizaram, imprimindo nova dinâmica ao local.

Por solicitação da Câmara Municipal, o Governo autorizou em 1963 a ampliação da área citadina, passando a abranger os lugares de Aardas, S. Bernardo e Quinta do Gato. Deste modo, e muito recentemente, a cidade passa a ser dividida em cinco freguesias: Vera-Cruz, Glória e Esgueira já existentes, S. Bernardo e Santa Joana recentemente criadas.

Actualmente, têm-se efectuado diversas passagens desniveladas, quer inferiores quer superiores, tentando ultrapassar um difícil obstáculo à expansão de Aveiro, como é a linha do caminho de ferro. Foram ainda construídos dois importantes bairros, a Poente: 25 de Abril e Santiago; vão sendo também efectuados planos para outras urbanizações, para tentar satisfazer a procura habitacional, que se faz sentir, devido ao incremento populacional dos últimos anos, mercê do desenvolvimento industrial e comercial que esta cidade tem vindo a sofrer. Em vias de concretização e implementação estão os planos das Agradas, da Força-Vouga, de Aveiro-Norte e das Barrocas.

Maria Aurora Bernardo Henriques

(Transcrito do catálogo da Feira de Março/91)



Aveiro – Rua dos
Tavares (1950)

Componentes da Revista «A CALDEIRADA»
levada à cena pelo grupo cénico
«TRICANAS E GALITOS» em 1924



1.º Plano:

Maria José Edviges
Conceição Picado (Realeza)
Ana Jardim
Bebiana Freitas
Celeste Freitas
Sebastião Amaral
Rita da Costa (Rita Faneca)
Maria da Luz Pimenta
Maria José de Freitas
Emília Soares

2.º Plano:

Maria de Ascensão de Matos (Sinonaia)
Isilda Pereira
Teresa Gonçalves Andias
Carolina Lemos Lima
Balbina Picado
Maria Ferreira Martins (Harmónica)
Aurora da Silva Pitarma
Maria da Luz Graça (Sempr'andar)

(Fotografia e legenda de Fausto Ferreira)

Arquivo Histórico Municipal

Maria Beatriz Soeiro de Matos Fernandes

O Arquivo Histórico Municipal de Aveiro possui um importante acervo documental constituído por um pequeno núcleo de pergaminhos, dois códices, manuscritos e papéis avulsos – acervo esse que foi inventariado, em 1985, por uma equipa de investigadores da Faculdade de Letras do Porto. Desse inventário resultou uma publicação que, nesse mesmo ano, deu a conhecer ao público o acervo documental do arquivo. Foi um trabalho meritório de salvamento de documentação que corria o risco de se perder para sempre e que se encontrava desconhecida, abandonada – quem sabe? – de uma forma irremediável, perdendo-se assim valiosas fontes de estudo principalmente para o conhecimento da história de Aveiro.

Não podemos no entanto deixar de lamentar que dessa equipa de trabalho não tivesse feito parte um arquivista. Após o trabalho de salvamento e separação das espécies arquivísticas, seguiu-se a classificação, antes do seu arrumo nas estantes. Aquando da classificação, a documentação foi numerada; do inventário então publicado consta essa numeração dentro da classificação referida. Esta classificação e consequente numeração da documentação não permitem o crescimento natural do acervo documental do arquivo. A classificação de um arquivo tem de ter em conta os fundos que compõem o arquivo e tem por base princípios essenciais, como os de organicidade, proveniência e respeito pelos fundos. Estes não se podem desmembrar, separar, tendo de permanecer juntos. Não nos podemos esquecer de que um arquivo histórico ou definitivo não é um arquivo morto; isto porque ao arquivo histórico vai sendo incorporada documentação que, percorrendo o seu caminho natural, – desde o seu nascimento nos respectivos serviços e mantendo-se, durante um período de 5 a 10 anos, no chamado arquivo de gestão – transita, por deixar de ser tão procurada, para o arquivo intermédio, onde fica também durante um período longo de tempo. No entanto, na sua passagem do arquivo de gestão para o intermédio, a documentação deve sofrer a sua primeira selecção.

Assim, como existe legislação que salvaguarda a selecção final que deve sofrer a docu-

mentação, antes do seu ingresso no arquivo histórico ou definitivo, muita da documentação existente no arquivo intermédio tem de ser conservada para sempre, por se considerar documentação valiosa e indispensável para estudos posteriores da vida da instituição que a fez nascer. Refiro a Portaria n.º 503/86 de 9 de Setembro, do Ministério do Plano e da Administração do Território, que veio regulamentar a arquivagem da documentação administrativa.

O arquivo histórico não é apenas enriquecido através das incorporações internas de documentação; pode também receber doações de documentação considerada como importante. Daí ser tarefa dos responsáveis pelo arquivo promoverem uma campanha de sensibilização das pessoas que possuem documentação valiosa, a apodrecer em sótãos ou em caves, para as fazer pensar em possível doação ou mesmo na possibilidade de fazerem apenas um depósito dessa documentação no arquivo, para ela poder ser tratada e inventariada e dada a conhecer aos estudiosos, sem a documentação deixar de legalmente lhes pertencer. Urge consciencializar as pessoas para a possível importância da documentação que muitas vezes possuem; falo apenas em documentação por ser esta a componente do arquivo, mas estendo o mesmo apelo a todos os outros domínios, desde obras de arte mal tratadas, peças de vestuário antigas, assim como louças, ferramentas agrícolas, etc., etc. Tenho como única intenção fazer despertar as pessoas para a importância de preservar estas espécies que com o passar dos anos, com os estragos naturais do passar do tempo e tantas vezes vítimas da incúria ou dos maus tratos humanos, acabam por desaparecer para sempre. Fica, pois, aqui o apelo para as pessoas, que não estejam interessadas em restaurar ou preservar estas espécies, se dirigirem a entidades competentes, desde arquivos, bibliotecas, museus, fundações ou quaisquer outras instituições, que no nosso País lutam pela preservação do nosso Património Nacional, evitando que ele se perca para sempre ou que abandone o País para as mãos de ricos coleccionadores ou de comerciantes de Arte. Muitas vezes as próprias instituições que recebem legados e depósitos, também, sempre que podem, efectuem compras.

Pretendemos com esta nossa exposição informar quem nos procura que, quando o arquivo histórico possuir o espaço físico tão necessário, será feito um guia para dar a conhecer a documentação existente – guia esse que, através do uso de remissivas, remeterá os conhecedores ao inventário publicado em 1985. As rubricas dessa anterior classificação manter-se-ão, outras serão acrescentadas, por ter aparecido posteriormente documentação que nelas não pode ser integrada, e desaparecerá a numeração das espécies pelos motivos acima expostos. A documentação terá, sim, uma cota arquivística que constará de um inventário mais pormenorizado e que será tarefa posterior ao guia. A classificação do acervo documental deve ser suficientemente flexível, permitindo sempre a incorporação de novos fundos, tendo como base os princípios de organicidade, proveniência e respeito pelos fundos. A nossa preocupação dominante será a de não prejudicar os conhecedores do inventário publicado em 1985; daí o uso de remissivas para o mesmo, aquando da publicação de qualquer outro instrumento de trabalho, seja ele um guia, inventário e/ou catálogo, tentando desta forma evitar a todo o custo que se levanten indesejáveis obstáculos ao acesso à documentação, que é nosso desejo divulgar e consequentemente ver estudada. Em apêndice a esta nossa exposição vai uma pequena lista de documentação recentemente inventariada, não constando, por isso, do inventário anterior. Pretendemos deste modo e através do tratamento dos fundos documentais, que o arquivo histórico possui, torná-lo cada vez mais conhecido de

todos e de todos os investigadores, inserindo-o na dinâmica cultural da cidade, lugar que deve ocupar por direito próprio, mas que lhe exige esse esforço de se dar a conhecer. Com este propósito, devem fazer-se, sempre que possível, exposições documentais ou integrar documentação, que o arquivo possui, em exposições submetidas a temas sobre os quais o arquivo possua documentação.

Maria Beatriz Soeiro de Matos Fernandes
(Técnica Superior de B.A.D.)

ARRENDAMENTO

1914 — cópia de um termo de arrendamento celebrado entre a Câmara Municipal de Aveiro e a Junta de Freguesia de Eixo de uma casa sita no largo do Pelourinho.

CARTA HIDROGRÁFICA

1898 — planta da ilha ou madeixa do amoroso copiada da carta hidrográfica do Vouga à ria de Aveiro.

CORRESPONDÊNCIA

Recebida

1871 — 73 cartas recebidas respectivamente pelos Presidente da Câmara Municipal e Governador Civil de Aveiro.

*Compreendendo este Livro a Legenda
respectiva ao anno de 1824 per-
tencente a lousa da Vila de
Aradas. Aveiro 19 de Dezembro
de 1825*

Claro de Loure

João de Faria de Siqueira

DOM JOÃO por Graça de Deos Rei do Reino Unido de Portugal, Brazil, e Algarves, d'aquem e d'além Mar em Africa, Senhor de Guiné, e da Conquista, Navegação, e Commercio da Ethiopia, Arabia, Persia, e da India, etc. Faço saber aos que esta Minha Carta de Lei virem: Que em Consulta da Junta por Mim creada para a Revisão das providencias Legislativas, e mais innovações feitas pelas denominadas Cortes, Me foi presente que, permitindo as Cartas de Lei de dezanove de Setembro, e quatorze de Novembro de mil oitocentos e vinte hum aos Negociantes de Vinhos, Agoas-ardentes, e Azeites Nacionais a exportação destes generos, vindo baldear-se no porto desta Minha Corte e Cidade de Lisboa, sem serem obrigados ao pagamento de alguns direitos, além dos que tivessem pago nos portos do Reino, em que primeiramente fossem embarcados, concederão assim hum favor excessivo aos Negociantes dos portos da Figueira, e outros, com grave prejuizo da Real Fazenda, e consideravel desigualdade do Commercio, deixando de peor condição os Exportadores dos mesmos generos, produzidos na Provincia da Estremadura, e outras partes do Reino, que ficarão a seu respeito pagando maiores direitos, e imposições: Pelo que se fazia indispensavel prover sobre esta importante materia, ao menos interinamente, até se concluirem as novas Pautas das Alfandegas: Tendo consideração ao referido, e conformando-me com o que na sobredita Consulta Me foi proposto: Sou Servido Resolver o seguinte.

1.º Revogo as citadas Cartas de Lei, e no seu lugar Sou Servido Determinar provisoriamente, e até que sejam concluidas, e publicadas as novas Pautas das Alfandegas a que Tenho Mandado proceder, que os Vinhos, Agoas-ardentes, e Azeites, que dos diferentes portos do Reino forem transportados ao de Lisboa, já com destino de serem delle por baldeação navegados para outros quaesquer portos, paguem somente na Alfandega das Sete Casas os direitos da dita baldeação, regulados no Decreto de vinte e seis de Abril de mil setecentos oitenta e quatro.

2.º A dita baldeação, e reexportação deverá realizar-se no prazo de hum mez, que concedo aos Donos do genero, que o requererem, contado o tempo desde o dia da entrada dos Navios, em que o mesmo genero for trazido ao porto de Lisboa; e passado aquelle prazo, não poderá mais conceder-se a exportação por baldeação.

3.º Os Vinhos, Agoas-ardentes, e Azeites, que tiverem entrado no porto de Lisboa na boa fé do favor, que a seus respectivos Donos concedirão as mencionadas anteriores Leis, gozarão do beneficio dellas pelo mesmo prazo de hum mez, contado da publicação desta Lei, e mais não.

4.º Nunca porém poderá ter lugar a baldeação dos Vinhos do Porto, conhecidos pelas denominações de ramo, e separado, para a Gibraltár, para a Grão-Bretanha, e Ilhas a ella adjacentes, ou para Gersey, e Guernesey, para o que será expresso no Despacho o seu principal destino.

Pelo que: Mando á Meza do Desembargo do Paço: Rezedor da Casa da Supplicação, ou quem seu lugar servir; Conselho da Minha Real Fazenda; Real Junta do Commercio; Senado da Câmara; Justicas, e mais pessoas, a quem o conhecimento desta pertencer, que a cumpram, e guardem, e fação inteiramente cumprir, e guardar. E ao Doutor Manoel Nicolão Esteves Negrão, do Meu Conselho, Desembargador do Paço, e Chanceller Mor do Reino, Ordeno que a faça publicar na Chancellaria, e registar nos Livros onde tocar; remetendo se Exemplares della a todos as Tribunaes, Cabeças de Comarcas, Villas, e Lugares, onde he costume registarem-se semelhantes Leis; e mandando-se o Original para o Meu Real Arquivo da Torre do Tombo. Dada no Palacio da Bemposta aos 2 dias do mez de Janeiro de 1824.

ELREI Com Guarda.

Joaquim Pedro Gomes de Oliveira.

Carta de Lei, pela qual Vossa Magestade He Servido revogar as Cartas de Lei de dezanove de Setembro de mil oitocentos e vinte hum, numero cento e vinte, e de quatorze de Novembro do mesmo anno, numero cento e trinta e sete, que pelo excesso de favor concedido aos Negociantes de Vinhos, Agoas-ardentes, e Azeites do porto da Figueira, e outros destes Reinos, offendirão a igualdade que deve haver no Commercio, e dar novas providencias nesta materia; na forma acima declarada.

Carta de Lei de El-Rei D. João VI, de 2 de Janeiro de 1824

1934 — carta do Veterinário Municipal ao Chefe da Fiscalização da Câmara Municipal de Aveiro.

1958 — duas cartas do Dr. Álvaro Sampaio ao Presidente da Câmara de Aveiro aquando da festa de homenagem com que a Câmara o agraciou.

EDITAIS

1910-11-12-14-26-46-50-51-53-54-59 — assuntos diversos.

EMIGRAÇÃO

1875 — proibição de emigração para Macau e Timor.

1948 — 69 — processos de emigração — fichas de emigração.

JORNAIS

1890-1901-1902 — 4 exemplares do «Districto de Aveiro — jornal político litterario, noticioso e comercial».

LEGADOS PIOS

1954 — 69 — caixa contendo autos de cumprimento de legados pios — concelho de — Aveiro — Albergaria-a-Velha e Águeda.

PROJECTOS

1874 — projecto de enxugo da Pateira de Fermentelos.

TRANSPORTES

1873 — documentos referentes à construção do carro americano que faria a ligação entre a estação de Aveiro e o cais da cidade.

1877 — documentação referente à construção do americano que ligaria a ria de Aveiro ao mar — o chamado americano da Torreira.

RECENSEAMENTO E RECRUTAMENTO MILITAR

1878 — um processo avulso.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE AVEIRO
Praça da República (Edifício da Biblioteca Municipal)

Horário de abertura: 9.00 h. — 12.30 h.
14.00 h. — 17.30 h.

«Grupo cénico do CLUBE DOS GALITOS» Revista-fantasia «AO CANTAR DO GALO»

13-6-1936

1-8-1937



1.ª FILA (Sentados)

- 1 – José Venício Caracol de Meireles (José de Fiúza)
- 2 – António Luís de Moraes da Cunha
- 3 – Alexandre Rodrigues dos Prazeres
- 4 – António da Costa Ferreira
- 5 – José Vieira Barbosa
- 6 – João Ferreira de Macedo
- 7 – Henrique Rato
- 8 – José Duarte Vieira
- 9 – Hermenegildo Remualdo Meireles

2.ª FILA (Em pé)

- 1 – Sofia Costa
- 2 – Maria Amélia Madureira
- 3 – Helia Silva Rodrigues
- 4 – Ester Amaral
- 5 – Democracia Paula da Graça
- 6 – Áurea Ferreira
- 7 – Otília Lemos Lima
- 8 – América Vinagre Coelho
- 9 – Georgina da Costa Lourenço
- 10 – Conceição Enai Sarrazola
- 11 – Aíde Pires
- 12 – Felismina de Carvalho
- 13 – Sebastião Amaral

3.ª FILA

- 1 – Alice Pinto
- 2 – Maria José Lemos (Redónis)
- 3 – Carolina Velhinho
- 4 – Lurdes Teles
- 5 – Salomé Borrego
- 6 – Deolinda Borrego
- 7 – Dora Ferreira
- 8 – Suzana Pires
- 9 – Maria do Amparo Freitas
- 10 – Carlos Rodrigues
- 11 – Manuel de Oliveira Santos Silva

4.ª FILA

- 1 – José Casimiro (Casaca)
- 2 – Luís de Pinho Bernardo (Canhola)
- 3 – Aníbal Ramos
- 4 – Maria José Couceiro
- 5 – Maria da Apresentação Lima (Costa Nova)
- 6 – Orquídea Dália e Flores
- 7 – Maria Amaral
- 8 – Carolina Lemos Lima
- 9 – Florentino Nunes da Maia
- 10 – Francis Oliveira
- 11 – José Duarte Simão

5.ª FILA

- 1 – Augusto Natividade e Silva
- 2 – Laurélio Guimarães
- 3 – António José Flamengo
- 4 – João Moreira
- 5 – Jaime Magalhães
- 6 – Nuno Meireles
- 7 – Francisco Rocha Bastos (Chico da Nazaré)
- 8 – António Maria Borrego
- 9 – Mário Belmonte Pessoa
- 10 – Agnelo Coelho
- 11 – Alberto Casimiro Ferreira da Silva

6.ª FILA

- 1 – Amílcar Lourenço da Costa
- 2 – Domingos Moreira da Costa
- 3 – Baldomero Rodrigues Coelho (Dr. Kodak)
- 4 – Leonel da Silva Palavra
- 5 – Mário Teles

(Fotografia e legenda de Fausto Ferreira)

Museu Municipal de Aveiro

João Evangelista de Campos

Na minha carta datada de 2 de Abril de 1990 dirigida ao Ex.º Sr. Presidente da Câmara Municipal da nossa cidade, carta que acompanhou uma oferta destinada ao Museu Municipal, dizia eu ser do meu conhecimento que o referido Museu havia sido criado em 1930, por sugestão do ilustre e inolvidável aveirense, o Dr. Alberto Souto, como se vê da acta da sessão da Câmara Municipal, datada de 26 de Junho daquele ano.

Porém, numa das minhas pesquisas, encontrei, por acaso, a fotocópia que, aqui se reproduz, a qual foi publicada no «Litoral» de 19 de Março de 1960, e por ela se vê que a Câmara Municipal presidida por Gustavo Ferreira Pinto Basto, em 1910, já havia criado o Museu Municipal por proposta do seu Vice-Presidente, o Dr. José Maria Soares que propôs, também, a de uma Biblioteca Pública Municipal.

Para averiguar o que, na realidade, se tinha passado e qual teria sido o interesse da Câmara pela proposta do seu Vice-Presidente, recorri às actas das sessões daquela Câmara, e, assim:

Verifiquei que da acta da sessão de 15 de Fevereiro de 1910, consta o seguinte:

Por proposta do Senhor Vice-Presidente ficou resolvido que se iniciem, desde já, os trabalhos necessários para a fundação de um museu municipal.

Mostrando a necessidade de estabelecimentos desta ordem e a sua acção educativa do povo, o mesmo Senhor Vereador disse que era o único meio de coleccionar um grande número de objectos preciosos e raros que, embora pertencendo à cidade, estão entregues a diversas entidades oficiais, e desconhecidos do público.

A Câmara resolveu pedir, desde já, que lhe sejam confiados esses objectos e pedir o concurso e o auxílio dos aveirenses que pelas suas aptidões artísticas podem contribuir para o bom êxito desta resolução camarária.

— Que, na da sessão de 22 do mesmo mês, se diz:

O Senhor Vice-Presidente propôs que, com a criação do museu a que vai proceder-se, se faça, também, a de uma biblioteca pública municipal, incluindo-se para seu início, no próximo orçamento, a verba que se julgue necessária.

A Câmara manifestou-se, plenamente, a favor desta proposta.

— Que, na da sessão de 12 de Abril daquele mesmo ano, se lê o seguinte:

O Senhor Vice-Presidente, com o assentimento de toda a Câmara, também pediu licença para dar imediato começo aos trabalhos da instalação do museu municipal, convidando para esse efeito o erudito investigador local, Senhor João Augusto Marques Gomes, que elaborará o projecto da organização do dito museu, apresentando para isso, oportunamente, o respectivo relatório.

Não encontrei mais nada acerca da fundação do Museu Municipal, nem, mesmo, da entrega do Relatório que Marques Gomes ficou encarregado de elaborar.

O que levaria ao esquecimento total da resolução desta Câmara, de tal sorte que, em 1930, se voltou a pensar na criação do Museu Municipal?

Vejamos:

Pouco depois das duas propostas, o Dr. José Maria Soares é nomeado médico militar e tem, por esse motivo, de abandonar a Câmara onde teve grande actuação, tanto assim que o Presidente, Gustavo Ferreira Pinto Basto, lhe faz os mais rasgados elogios e lastima a sua falta, na altura da sua forçada saída.

Nesse ano de 1910, em 5 de Outubro, é proclamada a República; a Câmara é substituída e os nossos Vereadores não sabem nem tomam conhecimento das resoluções das Câmaras anteriores, trazem novos problemas para tratar e ninguém mais pensa no Museu, tanto mais que o dinheiro não abunda nos cofres do Município e há outros problemas a resolver e com a maior urgência.

Enfim: a criação do Museu Municipal caiu no esquecimento.

Vejamos, agora, o que nos diz a acta da sessão ordinária da Comissão Administrativa da Câmara, de 26 de Junho de 1930, da presidência do Dr. Lourenço Simões Peixinho:

Presente um ofício do Senhor Doutor Alberto Souto, director do Museu Nacional de Arte de Aveiro, anunciando a descoberta que acaba de fazer de restos de uma povoação lusitano-romano no sítio da Torre, em Cacia.

Informa S. Ex.^a que até à presente data se não conhecia quaisquer vestígios de uma povoação romana na margem esquerda do Baixo-Vouga e que para o estudo do problema de TALÁBRIGA, a célebre cidade da Lusitânia, que ficava nas margens do Vouga, sobre ou próximo da estrada romana de EMINIUM para CÁLEM, tem agora que contar-se com este novo elemento que é o OPPI-DUM ou CASTRUM de Cacia. Que não é pequena nem insignificante, já, a colheita de objectos, principalmente restos de olaria que ali tem feito e que guarda no Museu de Aveiro, pelo que entende que o espólio do Oppidum de Cacia deve constituir o início do Museu Regional Municipal de Aveiro, que nada deve ter de comum com o Museu de Arte Nacional.

Que oferece à Câmara de Aveiro os objectos por si recolhidos até hoje em Cacia, pedindo que ela mande construir uma vitrina, onde se possam recolher e expor os ditos objectos, e o patrocínio da mesma Câmara para as escavações e exploração metódica da estação arqueológica da Torre, ficando a pertencer à Municipalidade tudo quanto ali se descobrir e recolher, com o necessário entendimento prévio com os proprietários do terreno.

Que, se a Câmara aceitar a sua sugestão, poderia criar, já, o Museu Municipal, o qual — como está aprovado pelo Ministério da Instrução — se pode instalar em parte do edifício do Museu de Aveiro (Convento de Jesus) sem encargos de pessoal para o Município e sem mais despesas que a aquisição de objectos, de vitrinas e instalação.

Diz ainda o Sr. Dr. Alberto Souto que o seu préstimo fica gratuitamente à disposição da Câmara e da cidade.

Que, para o Museu Municipal, está reunindo, também, algumas recordações e documentos das lutas civis desenvolvidas nas margens do Vouga em mil oitocentos e vinte e oito (1828) e em mil novecentos e dezanove (1919), terminando por lembrar que, enquanto o edifício do Museu se encontrar em obras que impedem o acesso às salas da antiga Escola Primária Superior, a primeira vitrina com fragmentos cerâmicos de Cacia pode, talvez, montar-se, provisoriamente, na sala da Biblioteca Municipal, passando, depois, para o edifício do Museu.

A Comissão, de acordo com o exposto no ofício do Senhor Doutor Alberto Souto, resolveu por unanimidade aceitar o oferecimento de sua excelência e criar, desde já, o MUSEU MUNICIPAL DE AVEIRO (etnografia, arqueologia, história e recordações locais e regionais, e produções). Mais resolveu a Comissão que o MUSEU MUNICIPAL REGIONAL DE AVEIRO (em organização) tenha um director, o director da Biblioteca Municipal e do Museu Nacional de Arte de Aveiro, o Senhor Dou-

tor Alberto Souto, e um empregado menor, o empregado municipal Firmino Costa, ambos sem qualquer retribuição por estes serviços que lhes são confiados.

O que se transcreveu foi o que encontrei quanto à criação e organização do Museu Municipal.

Haverá mais qualquer coisa a este respeito?

Parece que a implantação do Museu Regional está «enguiçada».

Já vimos a razão pela qual não foi avante o criado em 1910.

E o de 1930?

Não foi, por certo, por falta de local, pois, segundo se vê do ofício do Dr. Alberto Souto, já havia autorização ministerial para ele funcionar no mesmo edifício do Museu Nacional (Convento de Jesus); como se sabe aquele ilustre aveirense era Director de ambos. Mas, o que mais admiro é que, tendo ele sido Presidente da Câmara, de 1957 a 1960, o Dr. Alberto Souto não tivesse tido a possibilidade de o implantar.

E já lá vão 60 anos! Neste tempo, quantos objectos se terão perdido, dignos de figurar no Museu Municipal Regional?

É ou não é «enguiço»?

Vejo, com satisfação, no Boletim Informativo, que a actual Câmara, no seu Orçamento para 1990, prevê, para a instalação do referido Museu, cinco mil contos (5.000).

Oxalá se tenha quebrado o «enguiço» e, desta vez, se faça a sua instalação.

Maio de 1990

João Evangelista de Campos

ENTREVISTA COM O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A CRIAÇÃO DE UM MUSEU MUNICIPAL

Folgámos muito com a notícia de que íamos ter, finalmente, um Museu, e que a iniciativa partisse do nosso estimado amigo sr. Dr. José Maria Soares, activo Vice-Presidente da Câmara Municipal.

Mais vale tarde do que nunca; e, por isso, resolvemos procurar S. Ex.^a numa destas últimas tardes chuvosas, sendo recebidos com a bonomia e afabilidade que o caracterizam, exclamando ao ver-nos:

— Já sei o que o traz cá. Uma entrevista acerca da Arte?! Talvez a Música, por lhe ter há pouco falado nisso.

— Enganou-se, meu caro amigo. Agora o seu virtuosismo musical vai ficar descansado. Venho confessá-lo acerca da novidade sensacional — o Museu. Mas diga-me agora uma coisa: como foi recebida pelos seus colegas a proposta?

— Todos os vereadores receberam de bom agrado a minha ideia, que acharam aceitável e necessária a criação e existência duma escola daquela categoria.

— Onde pensam que se possa instalar o Museu, e com que elementos contam para a sua iniciação?

— Lembro-me de fazer a sua instalação no edifício pertencente à Misericórdia e encostado ao lado Norte da Igreja, se o sr. Dr. Jaime Lima, digníssimo Provedor, nisso concordar, o que se espera conseguir, por isso S. Ex.^a é um espírito assaz ilustrado e um bairrista sempre pronto a auxiliar todos os grandes empreendimentos locais. Conto com a cooperação dos nossos artistas. Já falei com o Romão Júnior, que mostrou todo o interesse pela criação do Museu, pondo à disposição da Câmara todo o seu valioso auxílio. Além deste, temos o velho João Romão, o Artur Pratt, José de Pinho, Silva Rocha, Carlos Mendes, etc.. E mesmo os artistas portugueses, segundo me informou o Romão, contribuem sempre com qualquer das suas produções artísticas para enriquecer os diferentes museus que a eles recorrem.

— O Museu que se vai criar limita-se a objectos de arte ou também compreende produtos naturais?

— Quanto aos objectos que desde já devem figurar no Museu, temos na cidade um grande número de preciosidades em diferentes ramos de arte. Na Arte Sacra, temos ricos paramentos em branco e vermelho, bordados a ouro, pertencentes ao antigo Bispado e que já figuraram, segundo informações que tenho, numa exposição de Lisboa, juntamente com umas mitras, sendo avaliados em 17.000\$00 réis. Calcule o meu amigo a riqueza deles!

É também digno de ser admirado um véu-de-ombros branco, bordado a matiz, duma perfeição

admirável. Informaram-me que também havia guardado, no Convento de Jesus, um báculo de subido valor. Sobre pintura, temos os quadros, embora de pouco valor, segundo dizem, que pertenceram ao Convento das Carmelitas, e que hoje estão sob a guarda do sr. Delegado do Tesouro. Era a secção que começaria mais pobre, mas que mais facilmente se engrandeceria com o concurso dos nossos artistas e dalguns particulares, que confiariam ao Museu alguns quadros de subido valor e dignos de serem expostos. Na parte de faiança, também temos os panneaux de azulejos, que foram retirados das Carmelitas, e os produtos tão apreciados e apreciáveis das nossas fábricas.

— A quem tecionam confiar a guarda e direcção do Museu?

— Com relação à pessoa que se há-de encarregar do Museu, isso depende de resolução da Câmara e doutras circunstâncias que é prematuro informar.

— Porque não estabelece a Câmara uma Biblioteca junto do Museu, que tão necessária se torna em Aveiro? O Conservador daquele podia também sê-lo desta, e o edifício o mesmo.

— Relativamente à criação da Biblioteca, cuja lembrança do Campeão e do Progresso aceito com muito agrado, tenciono na primeira sessão da Câmara apresentar uma proposta para a sua instituição, podendo ser o bibliotecário o encarregado do Museu, se isso se julgar conveniente em tempo próprio.

E tendo o nosso obsequioso amigo sido chamado urgentemente para os seus serviços clínicos, nos despediu sorridente.

Isto passou-se em Aveiro, mas... há meio século... A curiosa entrevista foi publicada no «Campeão das Províncias», n.º 5937, de 23-11-1910

(Jornal LITORAL, de 19-3-1960)

Confesso que a ideia de «museu» produz na minha sensibilidade uma impressão bastante ambígua. O conceito, em si próprio, não me agrada pelo que significa de acumulação de riqueza artística, subtraída dos locais para onde foi concebida e agora exposta e classificada com fins pedagógicos – o que a empobrece no seu encanto. Todavia, por outro lado, é precisamente no museu que a obra de arte se separa de todos os valores acidentais, que no seu lugar primitivo a escondiam, e nos aparece, para nossa satisfação, nua de todo o prestígio postíço, sem outro valor senão a sua beleza intrínseca.

Marquez de Lozoya

EDIÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL

1. — LIVROS E OPÚSCULOS

AVEIRO, BERÇO DA LIBERDADE. A REVOLUÇÃO DE 16 DE MAIO DE 1828 — Marques Gomes — Ed. 1928.

AVEIRO, ROTEIRO DA CIDADE — Comissão Municipal de Turismo — Ed. 1957.

DIVAGAÇÕES DE UM TERCEIRO — Jaime de Magalhães Lima — Ed. 1957.

DISCURSO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DR. ALBERTO SOUTO NO ACTO SOLENE DA SUA POSSE EM 11 DE MAIO DE 1957 — Ed. 1957.

EFEMÉRIDES AVEIRENSES. VOL. 1 — António Cristo — Ed. 1959.

COLECTÂNEA DE DOCUMENTOS HISTÓRICOS. VOL. 1 — Rocha Madail — Ed. 1959.

JOSÉ ESTÊVÃO — ESTUDOS E COLECTÂNEA — Comissão do Centenário de José Estêvão — Ed. 1962.

O MEU DIÁRIO DE VIAGEM — D. João Evangelista de Lima Vidal — Ed. 1968.

COLECTÂNEA DE DOCUMENTOS HISTÓRICOS. VOL. II — Rocha Madail — Ed. 1968.

LIVRO DE ACORDOS DA CÂMARA DE AVEIRO DE 1580 — Francisco Ferreira Neves — Ed. 1971.

MOLICEIROS — Diamantino Dias — Ed. 1971.

AVEIRO E A SUA REGIÃO — Fernando Rebelo / Ângelo Quaresma — Ed. 1979.

A FREGUESIA DE SÃO BERNARDO — João Gonçalves Gaspar — Ed. 1980.

A PRINCESA SANTA JOANA E A SUA ÉPOCA. 1452-1490 — João Gonçalves Gaspar — 1.ª Ed. 1981; 2.ª Ed. 1988.

ROTEIRO DE AVEIRO — Comissão Municipal de Turismo — Ed. 1983.

JOSÉ ESTÊVÃO — DISCURSOS PARLAMENTARES. Ed. 1983 (reimpressão fac-similada da 1.ª edição).

AVEIRO. NOTAS HISTÓRICAS — João Gonçalves Gaspar — Ed. 1983.

CACIA E O BAIXO VOUGA — APONTAMENTOS HISTÓRICOS E ETNOGRÁFICOS — Bartolomeu Conde (Coordenador) — Ed. 1984.

AVEIRO ANTIGO. CATÁLOGO DA EXPOSIÇÃO DE ANTÓNIO GRAÇA — Ed. 1984.

INSTAURAÇÃO DA REPÚBLICA. COMEMORAÇÃO DOS 75 ANOS. IMAGENS DA ÉPOCA — Coordenação de Custódio Ramos, Emanuel Cunha e Manuel Rodrigues — Ed. 1985.

CALENDÁRIO HISTÓRICO DE AVEIRO — António Cristo e João Gonçalves Gaspar — Ed. 1986.

ORIGENS DA RIA DE AVEIRO — Orlando de Oliveira — Ed. 1988.

ACHEGAS PARA A HISTORIOGRAFIA AVEIRENSE — João Evangelista de Campos — Ed. 1988.

AVEIRO ÀS CIDADES IRMÃS E AMIGAS — Júlio de Sousa Martins e João Gaspar; pinturas de Cândido Teles — Ed. 1988.

INVENTÁRIO DESPORTIVO DO MUNICÍPIO DE AVEIRO — Coordenação de Rui Barros, Emanuel Cunha e Jorge Guimarães — Ed. 1989.

A FEIRA DE MARÇO ATRAVÉS DOS TEMPOS — Júlio de Sousa Martins — Ed. 1989.

SÃO GONÇALINHO EM REDONDILHAS — Amadeu de Sousa — Ed. 1989.

I BIENAL INTERNACIONAL DE CERÂMICA ARTÍSTICA (Catálogo) — Serviços da Cultura da C.M.A. — Ed. 1989.

AGENDA CULTURAL — Serviços da Cultura da C.M.A. — Edições de 1990 e 1991.

AGENDA DESPORTIVA — 1990/91 — Serviços de Cultura da C.M.A. — Ed. 1990.

BOLETIM MUNICIPAL DE AVEIRO — Publicação semestral desde 1983.

INFORMATIVO — Publicação mensal desde Fevereiro de 1987.

AVEIRO MEDIEVAL — Maria João Violante Marques da Silva — Ed. 1991.

2. — CERÂMICA

ESTATUETA DE SANTA JOANA — Escultor: Jorge José de Figueiredo; Material: «Biscuit»; Oficina: Fábrica da Vista Alegre; Tiragem: 1000 ex. numerados (Série limitada); Ano: 1983.

ESTATUETA DE SANTA JOANA — Escultora: D. Maria Graciosa Mendes de Carvalho; Material: Barro vermelho; Oficina: José Augusto; Ano: 1983.

BUSTO DA REPÚBLICA — Escultor e Oficina: José Augusto; Material: Barro vermelho; Ano: 1985.

3. — NUMISMÁTICA

MEDALHA COMEMORATIVA DO 225.º ANIVERSÁRIO DA ELEVAÇÃO DE AVEIRO A CIDADE — Desenho: Jorge Trindade; Diâmetro: 7,9 cm; Material: Bronze; Ano: 1984.

MEDALHA COMEMORATIVA DO 550.º ANIVERSÁRIO DA FEIRA DE MARÇO — Desenho: Jorge Trindade; Diâmetro: 7,9 cm; Material: Bronze; Ano: 1984.

MEDALHA COMEMORATIVA DO 555.º ANIVERSÁRIO DA FEIRA DE MARÇO — Desenho: Afonso Henrique; Diâmetro: 7,9 cm; Material: Bronze; Ano: 1989.

MEDALHA COMEMORATIVA DO V CENTENÁRIO DE SANTA JOANA — Desenho: Jeremias Bandarra; Diâmetro: 9 cm; Material: Bronze; Ano: 1990.

A pintura de azulejos em Aveiro (1882-1942)

Uma abordagem global⁽¹⁾

Manuel Ferreira Rodrigues

Introdução

Desde a fundação da Fábrica da Fonte Nova, os painéis de azulejos das fábricas de Aveiro mostram uma evolução estética, temática e técnica que, sendo em muitos aspectos idêntica à das mais fábricas do nosso país, apresenta, simultaneamente, algumas especificidades de natureza local. Durante esse período de cerca de meio século, de grandes transformações internas e externas, antes e depois da Grande Guerra, assistiu-se ao aparecimento de novas fábricas, à decadência de outras e à hegemonia, no fabrico e pintura de painéis de azulejos, da Fábrica Aleluia e da Fábrica do Outeiro, em Águeda. Para lá dos factores que, nacional e internacionalmente, modelaram o gosto das clientelas, diversos aspectos de expressão local deram à pintura de painéis de azulejos de Aveiro uma especificidade própria. Foram responsáveis por essas características as condições sociais e económicas da cidade, a sua articulação com o todo nacional, as fortes relações, no início, com a Fábrica da Vista Alegre, a coexistência com o fabrico de louça e outra cerâmica utilitária, bem como a formação de pintores.

«A periodização estética, como parte específica da cultural, não pode nem deve, evidentemente, ser separada da História social e da História geral. Mas identificá-la demasiadamente com os critérios dessas disciplinas diversamente genéricas não resolve o problema, do mesmo modo que um critério exclusivamente *estético* o não resolve, se não tiver em conta o complexo de ideias e pressupostos culturais nem sempre conscientemente subjacentes à criação estética»⁽²⁾. Nas palavras de Jorge de Sena lê-se a dificuldade de apreensão e inteligibilidade do real, dada a sua complexidade, decorrente da multiplicidade e heterogeneidade dos domínios e das forças que o animam. Mas a análise das conexões, das sincronias, dos anacronismos e do carácter diferencial dos fenómenos locais, deve, com mais razão que no estudo de fenómenos nacionais e internacionais, ser cuidadosa; de outro modo cairemos nos dois erros mais frequentes – qualquer um pior do que

o outro – , na História Local: a excessiva submissão à história geral, às análises globais ou a particularização regional empolada.

Assim, as datas-limite deste estudo estribam-se num critério de natureza económica, social e cultural: 1882 é a data da fundação da Fonte Nova; em 1942 a Fábrica Aleluia adquire a Empresa Olarias Aveirense que atravessava enormes dificuldades. De facto, com a primeira tem início um tipo de azulejaria nova na região que se prolonga até final da década de 30, período em que começam a surgir sinais de percursos e horizontes diferentes.

1. Aveiro na segunda metade do Século XIX – breve esboço

Na segunda metade do século XIX, Aveiro cresce e afirma-se como centro da região que a envolve, mercê de uma conjuntura nacional favorável bem conhecida. Assiste-se, desde 1850 a um conjunto de obras que transfiguram o espaço urbano e rompem os limites impostos pelas muralhas medievais. Em 1855, concluíam-se «as obras de destruição da muralha próxima ao paço episcopal, do arco fronteiro à ponte, a escadaria lateral, os cazebres superiores e inferiores e o arco nascente»⁽³⁾. Era aberto o novo hospital⁽⁴⁾. A imprensa local dá notícia pormenorizada do aparecimento de novas construções. São edificadas novas fontes e reparadas as existentes⁽⁵⁾. É projectado o encanamento subterrâneo das águas da cidade⁽⁶⁾. É urbanizado o Rossio e aumentada a iluminação da cidade que, então, é arborizada pela primeira vez⁽⁷⁾. As ruas são calcetadas e surge o jardim público⁽⁸⁾. É reconstruída a Ponte da Dobadoura e são construídos os cais da Ria, na cidade⁽⁹⁾. São criados mecanismos de vigilância e segurança do município: as posturas municipais e a criação das polícias urbana e rural⁽¹⁰⁾. Surgem diversas fábricas que vieram acentuar o crescimento da região⁽¹¹⁾. Nascem as primeiras instituições com carácter económico e social, decisivas para o desenvolvimento da região⁽¹²⁾. Surge a primeira

escola de ensino técnico e industrial⁽¹³⁾, anos depois de ter sido criado e erguido o edifício do liceu⁽¹⁴⁾. São construídos os primeiros teatros públicos⁽¹⁵⁾. Aparecem pela cidade os primeiros fotografos⁽¹⁶⁾. Nasce os primeiros jornais e tipografias⁽¹⁷⁾.

Mas é no âmbito das vias de comunicação que as alterações são decisivas. Primeiro são as ligações com as localidades limítrofes, e com as cidades mais próximas, retirando à ria o papel de principal meio de ligação com o exterior. Disso são exemplo as estradas Aveiro-Albergaria (1854), Aveiro-Barra (1855), Aveiro-Águeda (1862), Aveiro-Oliveirinha (1863), Aveiro-Mogofores (1864), Aveiro-Viseu (1864), Aveiro-Ílhavo (1867)⁽¹⁸⁾. Contudo, o marco decisivo, neste domínio, é o do início das ligações pelo caminho-de-ferro em 1864⁽¹⁹⁾. Ainda se iniciam as obras do caminho-de-ferro americano, ligação da cidade com o caminho-de-ferro Lisboa-Porto⁽²⁰⁾. O comboio vai desempenhar um papel único na ligação ao Porto, cheia de consequências para a região e para a vida na cidade. Começaram a aparecer as touradas⁽²¹⁾, os grandes circos, os espectáculos com feras, animais «nunca vistos» e toda uma infindável lista de outros espectáculos, alguns realizados nas salas dos teatros como exposições, bailes de máscaras, concertos musicais, espectáculos de ginastas, tocadores, ventríloquos, anões, ilusionistas, malabaristas e prestidigitadores. O espaço da cidade seculariza-se e democratiza-se. O crescimento económico assenta essencialmente no comércio do sal, do peixe e de um grande número de produtos de origem agrícola; importante é também a exportação de laranja para Inglaterra. Após a década de Oitenta, assiste-se a um grande desenvolvimento geral, acompanhado de um crescimento populacional⁽²²⁾, e de um sensível incremento das actividades artesanais e industriais.

É neste ambiente de entusiasmo económico, de «idolatria da Utilidade», que se enquadra o aparecimento e procura do azulejo de revestimento e, anos depois, o nascimento das fábricas de cerâmica, nomeadamente a da Fonte Nova. Pesem embora as seculares tradições da actividade dos oleiros e barristas de Aveiro, e contrariamente ao que tem sido afirmado com insistência, terá sido aqui que teve início a produção de azulejos. Autores, como A. Nogueira Gonçalves, chegam mesmo a afirmar que «Aveiro só no corrente século se tornou centro produtor de azulejos»⁽²³⁾. Como diz este distinto historiador, «a cidade, hoje grande centro de faiança artística, viveu largos tempos de produção alheia e, nos azulejos, principalmente da importação coimbrã»⁽²⁴⁾. Importa saber como é que nos finais do séc. XIX Aveiro trocou Coimbra pelo Porto.

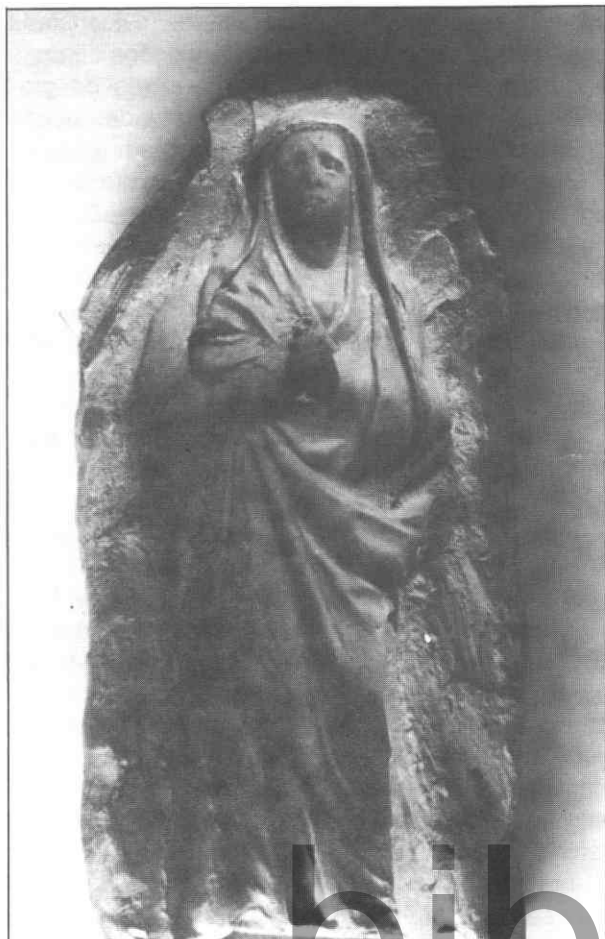
2. A Fábrica do Cojo produziu azulejos?

Em 1775, segundo Rangel de Quadros, foi fundada a Fábrica do Cojo, em Aveiro⁽²⁵⁾. Marques Gomes, afirma que «o coro da igreja do Carmo é todo forrado d'azulejos fabricados na fabrica do Cojo. Tanto n'estes como n'aquella louça [refere-se a duas peças únicas] as côres predominantes são o roxo e o azul»⁽²⁶⁾. Amaro Neves vê nessa afirmação «a prova de fabrico aveirense»⁽²⁷⁾. Como já pude mostrar noutro local⁽²⁸⁾, se é muito lacunar o conhecimento que temos das fábricas de cerâmica de Aveiro é bem mais rudimentar o que sabemos sobre a Fábrica do Cojo. De qualquer modo, se for verdade o que diz Marques Gomes, teremos de concluir que terá sido excepcional o fabrico de azulejos nessa fábrica. É curioso que essa revelação do ilustre historiador, não é confirmada, mais tarde, noutro artigo onde ele parece dizer tudo o que sabe sobre a Fábrica do Cojo; não refere o fabrico de azulejos, mas tão-só «louça de serviço comum, bacia e jarros, malgas e canecas, pratos, jarras de altar, vasos para jardins e outras aplicações diversas, de faiança...»⁽²⁹⁾.

Na Feira de Março de 1876, Pedro Serrano, à altura pintor e proprietário da fábrica do Cojo, é arrolado como vendedor de «santos»⁽³⁰⁾. Mas já vinte anos antes, o mesmo Pedro Serrano se dedicava à feitura de «santos». É desse ano o S.



S. Sebastião, Pedro Serrano, 1847 (Col. Sr. Amílcar Pinho e Melo)



Molde, s. d. (Col. Sr. Amílcar Pinho e Melo)

Sebastião aqui reproduzido; na sua base estão gravadas a data e a sua assinatura: «Feito pro / Pedro Sa / rrano em / 1847». Os inúmeros moldes que pude observar, bem como um significativo número de peças de louça, permitem pensar que a Fábrica do Cojo deu continuidade à tradição escultórica dos barristas de Aveiro, ainda não estudados⁽³¹⁾. Produzia louça e «santos», pequenas peças de escultura religiosa e outras. Já para o final de Oitocentos são mais as omissões do que as referências; parece que depois de ter chegado a abastecer a cidade de Aveiro e a colocar os seus produtos em mercados distantes, entrou em decadência e apenas produzia louça ordinária⁽³²⁾. Sobre a produção de azulejo na Fábrica do Cojo não há outra referência além da de Marques Gomes que Amaro Neves divulgou. De qualquer modo, não é possível fazer afirmações terminantes de negação ou confirmação de tal possibilidade, dado que está por estudar muita documentação referente ao século XVIII⁽³³⁾. É necessário continuar a investigação, e utilizar como fontes principais as peças, provadamente, desta fábrica. A análise comparativa dos barros, tintas e vidrados, e o confronto com outras fontes, irão por certo esclarecer algumas dúvidas persistentes.

José Meco, chamando a atenção para o facto de que nem sempre as fábricas de louça produziram, necessariamente, azulejo, diz que «este problema da identificação rigorosa dos locais onde foram fabricados azulejos em Portugal tem sido complicado pela confusão generalizada entre a produção de faiança, relativamente restrita, à qual está associado o azulejo, e o fabrico muito mais difundido do barro apenas cozido ou vidrado, que compreende ladrilhos e tijoleiras para pavimentos, os quais não têm qualquer relação com o azulejo no aspecto técnico. Outra confusão tem estado frequentemente associada à produção de faiança: apesar de cada período muitos motivos ornamentais e outras características serem comuns à louça e aos azulejos, essa identidade não implica necessariamente que fossem produzidos simultaneamente em cada fábrica ou olaria. Por outro lado, nos casos em que esse duplo fabrico coexistiu no mesmo local, diferenciavam-se quanto à organização da produção, quanto à mão-de-obra e quanto aos materiais cerâmicos utilizados, pelo menos quanto aos períodos anteriores ao século XIX»⁽³⁴⁾.

3. Os primeiros azulejos de fachada em Aveiro

Por volta de 1857 eram aplicados os primeiros azulejos de fachada na cidade, conforme se pode ler em *O Campeão do Vouga*: «Agora começou a moda do azulejo. Há um anno, não havia uma casa que o tivesse. Os proprietários contentavam-se com pinturas a colla. Apenas apareceram os primeiros tijolos [sic] na casa do sr. C. de Lima, ao Carmo, todos quiseram por azulejo»⁽³⁵⁾. Dez anos depois, a fachada da igreja da Misericórdia vestia-se de azulejo azul e branco estampilhado. No Arquivo da Santa Casa da Misericórdia não pude saber a origem destes azulejos. Em alguns documentos, apenas são indicados os custos globais das obras realizadas⁽³⁶⁾. Estes grandes trabalhos de beneficiação decorrem, segundo *O Distrito de Aveiro*, entre Setembro e Dezembro de 1867 e refere o mesmo jornal que, «para mais comodidade dos preços veem os artistas do Porto»⁽³⁷⁾. São azulejos de estampilha idênticos aos que revestem outras capelas da Cidade Invicta. Não sendo categórico quanto à impossibilidade do seu fabrico em Aveiro, este texto deixa inferir claramente que os azulejos que iam revestindo a cidade vinham do Porto.

4. As fábricas

Primeiro nasce a Fábrica da Fonte Nova, em 1882; a seguir (1905), a Fábrica dos Santos Mártires que, depois de transferida para as proximida-

des da Fonte Nova, passa a designar-se Fábrica Aleluia (1917)⁽³⁸⁾. Estas unidades tinham uma produção muito variada, que ia desde a faiança decorativa e utilitária até aos azulejos, reflectindo as características peculiares do mercado local e regional. Para acudir ao crescimento urbano nasceram outras unidades que se especializaram no fabrico de produtos de barro vermelho para a construção. Primeiro a Fábrica de Jerónimo Pereira Campos (1896) e depois a Empresa Cerâmica da Fonte Nova (1903-1908). Com o fim da 1.ª Guerra, surgiram outras unidades: a Empresa de Louças de Aveiro (1919-1931) e a Empresa Olarias Aveirense (1922-1942).

Ainda não é possível saber qual a relação, se alguma existe, entre a fábrica da Fonte Nova e a Fábrica do Cojo. Marques Gomes escreveu que Luís de Melo Guimarães, um dos fundadores da primeira, «estudou o fabrico da faiança, desde os seus mais rudimentares princípios, escolhendo barros e *chamando operários de fora* e educando outros em Aveiro (...)»⁽³⁹⁾. A análise da documentação disponível permite dizer que, desde o início foram privilegiadas as suas relações com as fábricas do Porto, nomeadamente com a Fábrica das Devesas. A documentação escrita e a observação de azulejos de fachada de finais de Oitocentos e início de Novecentos permitem confirmar essa asserção. São azulejos relevados, de várias cores, com o tardo do tipo «*tablette de chocolate*» iguais aos que marcam os azulejos das Devesas⁽⁴⁰⁾. No início deste século, esta fábrica produzia azulejos de um modo semiartesanal. Joaquim de Vasconcelos afirma que «esta fabrica produz também algum azulejo ordinário para revestimento de paredes, mas em pequena quantidade, pois que apenas dispõe de uma prensa de mão para os moldar»⁽⁴¹⁾. No ano da fundação da Fonte Nova, o mesmo J. de Vasconcelos não refere o fabrico de azulejo, nem a fábrica o apresenta em exposições. A sua vocação inicial era a faiança «de primeira classe», feita «de boa massa e bem vidrada, de segunda classe as bilhas, e de terceira classe, louça popular barata»⁽⁴²⁾. A referência documental pode ser confirmada pela observação de inúmeros azulejos de revestimento deste período.

Na exposição de 1892, esta fábrica expôs «azulejos decorativos»⁽⁴³⁾. Uma fotografia dessa exposição mostra-nos, entre um grande número de peças de louça, um conjunto de placas cerâmicas, maiores que os azulejos e, no centro, um «quadro de azulejos» emoldurado com madeira⁽⁴⁴⁾. Os azulejos eram ainda apresentados como «quadro», isto é, decoração de interiores.

Não se conhecem muitos painéis de azulejos dos últimos anos do século passado. Os mais conhecidos – os da Casa dos Morgados da Pedricosa, de 1890 –, atestam as características do primeiro período: a forte influência da pintura de lou-

ça, nomeadamente da Vista Alegre, evidenciada pelo carácter miniatural das composições centrais enquadradas por elementos decorativos da gramática azulejar setecentista. Na realidade, alguns dos pintores da Fonte Nova estiveram naquela fábrica de porcelana. Na Fonte Nova, o número de encomendas deveria ser diminuto já que são assinados por pintores de louça⁽⁴⁵⁾. A partir da segunda e terceira décadas deste século, o azulejo adquire uma importância económica até aí só atribuída à louça, a que não será alheio o crescimento da cidade neste período.

As outras fábricas com pintores formados inicialmente na Fonte Nova irão seguir-lhe as pegadas.

5. Os pintores

Não é possível apresentar, no espaço limitado deste artigo, um estudo mais desenvolvido sobre os pintores de azulejos. Apesar do número significativo de nomes que se conhecem, o que deles se sabe é muito pouco⁽⁴⁶⁾. Por razões que se prendem com o seu estatuto profissional e com a sua origem e consideração sociais, quase nunca são referidos pela imprensa nem pela documentação disponível. Apenas uma escassa meia dúzia de nomes escaparam ao anonimato. Nada se sabe sobre as suas relações de trabalho. A sua formação realizava-se por autodidactismo ou por interesse explícito das fábricas que os empregavam? Qual a sua autonomia criativa? Como se processava a sua promoção? Além das inquestionáveis e frequentes exigências dos encomendantes, quais os elementos iconográficos existentes nas fábricas? Os catálogos de outras fábricas, como a das Devesas, teriam uma influência decisiva na escolha quer de padrões quer de figuras? Em que condições surgiram pintores de outras fábricas a pintar por períodos relativamente breves⁽⁴⁷⁾? Qual a relação entre os pintores das fábricas e os que por lá passavam como amadores⁽⁴⁸⁾? Estas e outras questões continuam ainda sem resposta.

No início do século XX, os pintores passam a dividir-se em dois grupos ou categorias: de um lado, o operário anónimo que executava, segundo indicações superiores, azulejos para revestimento, além de outras peças de menor valor; do outro, um artista de fábrica que executava «*panneaux*», exibidos pela fábrica em exposições, com interesses publicitários e admirados pelo público. A sua principal função era a pintura de azulejos e louça decorativa. Mas este artista é a um tempo artesão e artista. «O artista, é antes de mais um nome (...). Enquanto o artesão fica quase sempre no anonimato, os que forneciam à sociedade imagens sagradas ou profanas raramente se esqueciam de as assinar com o seu nome»⁽⁴⁹⁾. Partilha com a

fábrica a condição de artista, e por vezes o nome desta sobrepõe-se ao seu⁽⁵⁰⁾. Socialmente, o artista é diferenciado, mas a sua condição é muito próxima da do artesão, donde tantas vezes ele emergiu por mérito próprio. O «distinto operário», muitas vezes assim referido na imprensa local, não deixou de ser operário.

A relação artista/encomendante é aqui mediada pela fábrica. A sua independência, a sua liberdade são duplamente coarctadas. A partilha da assinatura dos painéis com a fábrica estava mesmo implícita no segredo que esta fazia de algumas fórmulas de composição de tintas e outros materiais. Licínio Pinto e Francisco Pereira abandonam a Fábrica da Fonte Nova⁽⁵¹⁾ e não levam com eles o azul que torna distintos os painéis desta fábrica. A este propósito, o Dr. Albano da Conceição afirma que o seu pai e dono da Fonte Nova, Manuel Pedro da Conceição, «era cioso das combinações usadas e criadas por ele, também pintor, para a obtenção das tintas»⁽⁵²⁾.

De entre todos os nomes que foi possível arrolar, dois se impõem de imediato, já pelo valor do seu trabalho, já pela quantidade de exemplares ainda existentes: Licínio Pinto e Francisco Luís Pereira. Esta dupla deixou assinados inúmeros trabalhos: ao primeiro cabiam, de um modo geral, as cercaduras e arquitecturas, ao segundo as figuras humanas. Francisco Pereira era, no início do século, ainda um operário relativamente mal pago e de pouca consideração na hierarquia profissional da fábrica. De facto, em 1908, o primeiro pintor da Fonte Nova era Venerando Matos; seguiam-se-lhe Manuel Pedro da Conceição e Licínio Pinto⁽⁵³⁾.

6. A evolução temática e estética dos painéis de azulejos

Os temas tratados não eram da escolha livre dos pintores – facto abundantemente testemunhado pela imprensa local –, mas encomenda dos clientes das fábricas e constituem, por isso, fontes inestimáveis para a caracterização da mentalidade das camadas citadinas do princípio do século. São muito escassas as alusões de aspectos vários da



António Augusto G. da Silva, 1927, EOA (R. do Rato, Aveiro)



Francisco Luís Pereira, 1931, EOA (Parque de Aveiro)

industrialização, da vida fabril, ou tão-só a simbologia comercial e industrial da época, como são praticamente inexistentes os aspectos relacionados com a vida da cidade nos painéis desta região. Há uma submissão clara aos temas dos fotógrafos do início do século. Não existe, é certo, uma insistência nos temas rurais, campestres e bucólicos como encontramos na obra de Jorge Colaço⁽⁵⁴⁾.

Nas duas primeiras décadas deste século são os postais e as fotografias que dominam a pintura de painéis. Merecem uma menção especial os postais e fotografias com figuras de costumes da região, paisagens campestres, da Ria ou da cidade, depois fielmente copiadas com um desenho seguro e enquadramento hábil. O postal ilustrado, criado e tornado indústria em finais do séc. XIX na Alemanha e na França⁽⁵⁵⁾, vai ter a sua idade de ouro a partir de 1900. Quase constitui um tema à parte a representação etnográfica dos diversos tipos sociais do dobrar do século. Muitas fotografias de fotógrafos famosos, como Carlos Relvas, serviam igualmente para cópia. As cercaduras envolventes, de ornatos de expressão escultórica, fortemente decorativa, possuem legendas que contribuem para o encanto ingénuo que patenteiam as representações de paisagens locais. Depois de cedidos à direcção da fábrica, os postais eram entregues aos pintores que, pelo processo da quadrícula, os ampliavam para o tamanho desejado, sendo apenas introduzidas as alterações de formato ou tão-só algumas simplificações impostas pelo trabalho sobre o vidro cru.

De 1890 a 1900, fundou-se na Europa pelo menos uma centena de revistas, fartura que ajuda a explicar a rápida disseminação da Arte Nova⁽⁵⁶⁾. Os painéis de azulejos, pintados entre 1900 e 1930, esteticamente identificados com esta cor-

rente, possuem um sabor local bem patente na mescla de elementos da Arte Nova com os motivos tradicionais dos painéis joaninos, de exacerbado sentimento romântico, como já notara José Meco a propósito de outros pintores deste movimento. Tecnicamente, estes trabalhos apresentam uma grande variedade de recursos: num mesmo painel podemos ver o trabalho do aerógrafo, da estampilha, da esponja e do pincel sobre vidro estanífero seguindo um desenho previamente esboçado por pontos. As figuras femininas não



Licínio Pinto, 1909, ELA («Casa das Zitas», R. Direita, Aveiro)



Azulejos não assinados,
Fonte Nova
(R. João Mendonça, n.ºs 5-7)

possuem a sensualidade das mulhertes pintadas por Mucha nem a delicadeza das jóias de Gallé ou



Francisco L. Pereira, 1921. Fonte Nova (R. Manuel Firmino, Aveiro, n.ºs 46-48)

Lalique. São figuras de um maior recato, de uma postura serena, comedida. A Arte Nova afirma-se aqui mais pela linha do que pela forma ou cor, pelo movimento, volume ou pela sensualidade, apesar da presença das alegorias personificadas por figuras femininas. Tecnicamente, estão ausentes os «magníficos vidrados e esmaltes com reflexos irisados deslumbrantes» que encontramos na obra de José António Jorge Pinto⁽⁵⁷⁾. São afins destes painéis a maioria das composições policromas, bem como as graciosas cartelas toponímicas, as placas e painéis de anúncios a produtos variados nas fachadas de mercearias, adegas e outros estabelecimentos comerciais.

Sem exclusão dos anteriores, outros temas surgem, enriquecendo a gramática das composições, e colocando problemas que a reprodução de postais, e nomeadamente a reprodução de fotografias de monumentos nacionais, não punham. Os pintores adquirem maior liberdade no seu trabalho, já que o encomendante começa a contar com as suas escolhas. São os mitos gregos e todo um conjunto vasto de visões neoclássicas da Antiguidade: «A Ilíada de Homero», «O escudo de Aquiles», «A morte de Heitor», «Lamentações de Andrómaca», entre outras. As cenas são puramente inventadas ou simplificadas, reproduzindo, tantas vezes com incorrecção, figuras, colunas e templos.

Merecem uma menção destacada, pela importância que lhes era dada, os temas históricos, em especial os medievais e pátrios a par de «cenas turcas» e paisagens orientais. Assumem um relevo maior os episódios d'Os Lusíadas e de um modo geral de toda gesta dos Descobrimentos



Azulejos não assinados, s. d., Fonte Nova (R. Direita, Aradas, n.ºs 283-287)

e, a eles ligados, o feito recente de Gago Coutinho e Sacadura Cabral. Aliás, estes temas eram também pintados em outras peças decorativas como os pratos. A Vista Alegre satisfazia pedidos de emigrantes no Brasil, «encomendas em que se revela por vezes um autêntico patriotismo, pois para elas desejam pinturas regionais do País, dos costumes das suas terras, e até cópias dos mais notáveis quadros da nossa história. São eles mesmo que indicam os assuntos: a Batalha de Ourique, os Doze de Inglaterra, a Aclamação de D. João IV, a Primeira Missa no Brasil, Vasco da Gama e o Samorim, o Naufrágio de Camões, o Adamastor, etc.»⁽⁵⁸⁾. De qualquer modo, em Aveiro, se exceptuarmos os painéis exportados para o Brasil e colónias, são diminutas as representações de cariz histórico que, como se sabe, constituem o *corpus* da obra de Colaço.

A década de 1930 traz um pouco de tudo, mas os temas religiosos são os mais procurados. Os exemplares mais significativos desta tendência são os painéis da Igreja da Vera-Cruz em Aveiro, datados de 1935, quando já a dupla Licínio Pinto e Francisco Pereira, seus autores, estava ao serviço da Fábrica do Outeiro em Águeda.



Licínio e Pereira, 1935, Outeiro (Igreja da Vera-Cruz, Aveiro)

Seria erróneo pensar que nas décadas anteriores não foram produzidos trabalhos para igrejas e capelas. Diversas igrejas, em especial no Norte do País, possuem painéis pintados em Aveiro



Licínio e Pereira, 1930, ELA (Misericórdia, Aveiro)

nesse período: Beiriz, Carvalhos, Murtosa, Ovar, Porto, etc. O fenómeno religioso de Fátima viria contribuir fortemente para o desenvolvimento da temática religiosa. À Senhora de Fátima é dedicada a igreja do mesmo nome, projectada por Pardal Monteiro, construída em Lisboa neste período⁽⁵⁹⁾.

Os pintores de Aveiro, já pela especificidade da região, já pelas relações, no início, com a Fábrica da Vista Alegre, souberam recuperar a frescura dos azulejos azuis e brancos e imprimir aos painéis uma ingenuidade e originalidade que os afasta do academismo evidente dos trabalhos de outras fábricas. Para isso contribuiu igualmente a manutenção, até muito tarde, de processos de fabrico tradicionais e o barro da região, bem como o processo de formação dos pintores. Está por avaliar a influência da cerâmica de outras regiões – como a das Caldas⁽⁶⁰⁾ –, nos trabalhos da Fonte Nova. De qualquer modo, é inegável que os azulejos dos séculos XVII e XVIII existentes em conventos e capelas da cidade exerceram uma influência estética assinalável, em especial nos padrões do azulejo de revestimento e nas cercaduras dos painéis⁽⁶¹⁾. Nos últimos anos – e a produção da Aleluia é disso exemplo –, essa influência, que tem raízes no período anterior, era mais decisiva: os painéis, dominados por um academismo asfixiante, tornam-se, a pouco e pouco, simples registos de santos, frios adornos de vivendas, capelas e fontes, obsessivas invocações da protecção divina contra a dureza dos tempos.

Manuel Ferreira Rodrigues

NOTAS

- (1) Este artigo segue, no essencial, a comunicação apresentada no *Encontro sobre o Azulejo*, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, em Dezembro de 1990, organizado pelo Instituto de História da Arte. As conclusões aqui apresentadas, de forma sumária, devem ser compreendidas apenas como hipótese de trabalho para a elaboração de um estudo monográfico sobre a azulejaria aveirense do período industrial.
Quero manifestar o meu reconhecimento ao Prof. Doutor Pedro Dias pelo incentivo à realização deste estudo, quando fui seu aluno de *História da Arte Portuguesa*. Uma palavra de enorme apreço, também, para José Meco, a quem devo imenso a paixão pelo azulejo. Seria injusto se esquecesse, neste espaço, tantas outras pessoas que me têm ajudado de formas várias; refiro tão-só a filha de Licínio Pinto, D. Marília Pinto e netas do pintor, Marília e Susana Pinto Ravara, bem como o Sr. Amílcar Pinho e Melo e esposa pela forma calorosa como apoiaram este meu estudo, possibilitando-me o acesso à valiosa colecção de peças de cerâmica que possuem. No Dr. Albano da Conceição e no Sr. João Sarabando encontrei sempre a disponibilidade e o apoio que só os amigos sabem dispensar.
- (2) Jorge de Sena, «Para uma definição periodológica do romantismo português», *Estética do Romantismo em Portugal. Primeiro colóquio. 1970*, Lisboa, Grémio Literário, 1974, pp. 67-68.
- (3) *Campeão do Vouga*, 1855.04.21, p. 3 e 1855.06.02, p. 4.
- (4) *Campeão do Vouga*, 1855.06.06, p. 4.
- (5) *Campeão do Vouga*, 1858.12.25, p. 4; *Campeão das Províncias*, 1864.01.06, p. 4.
- (6) *Campeão das Províncias*, 1863.09.13, p. 4.
- (7) Cf. diversos *Livros das Sessões da Câmara Municipal de Aveiro*, referentes aos primeiros anos da década de 1860.
- (8) *Campeão das Províncias*, 1864.01.06, p. 4.
- (9) *Campeão das Províncias*, 1871.06.17, p. 4.
- (10) *Actas das Sessões da C.M.A.*, liv. 19, fls. 202v.-218.
- (11) Uma fábrica de vidros – Malhada, Ílhavo (*Campeão do Vouga*, 1859.07.30, p. 4). Uma fábrica de sabão (*Campeão das Províncias*, 1863.01.10, p. 4). Uma fábrica de soda (*Idem*, 1863.08.29, p. 4). Uma fábrica de moagem a vapor (*Distrito de Aveiro*, 1875.05.10, p. 4).
- (12) A Caixa Económica de Aveiro – 1858 (João Rodrigues Pinto, «Instituições em benefício dos operários nos distritos de Aveiro, Viseu, Guarda, Coimbra e Castelo Branco», *Boletim do Trabalho Industrial*, Lisboa, 1909, n.º 27, p. 20; *Campeão do Vouga*, 1858.05.15, p. 4). O Clube Aveirense, (*Campeão das Províncias*, 1861.01.19, p. 3). A Associação de Socorros Mútuos das Classes Laboriosas – 1864 (*Idem*, 1864.05.14, p. 4). O Asilo-Escola José Estêvão – 1864 (*Distrito de Aveiro*, 1864.11.10, p. 4; *Campeão das Províncias*, 1870.08.06, p. 4).
- (13) Sob proposta do vereador e professor Elias Fernandes Pereira, foi realizada a primeira experiência de ensino industrial, em Fevereiro de 1867 (Arquivo Histórico e Municipal de Aveiro, *Actas das Sessões da C. M. A.*, liv. 19, fls. 29v.-30). A Escola Industrial só seria criada mais tarde, em 1893 (*O Ministério das Obras Públicas, Commercio e Industria em 1893. A industria*, Coimbra, 1898, pp. 33-35).
- (14) Lançamento da 1.ª pedra: 1855.09.16 (*Campeão do Vouga*, 1855.09.03, p. 3).
- (15) 1856 – Teatro de S. João Baptista (*Campeão do Vouga*, 1856.05.31, p. 2). 1862 – Teatro dos Artistas Aveirenses (*Campeão das Províncias*, 1862.05.14, p. 3). 1880 – Teatro José Estêvão (*Idem*, 1901.12.07, p. 1); 1881 – Teatro Aveirense (*Occidente*, n.º 89, 1881.06.11, p. 131).
- (16) Miguel Novaes em 1864 – fotógrafo ambulante (*Campeão das Províncias*, 1864.07.07, p. 4). J. Wenceslau Muné – fotógrafo ambulante (*Idem*, 1869.03.27, p. 4). Eduardo Knopfli – fotógrafo ambulante (terá realizado a primeira exposição fotográfica em Aveiro (*Distrito de Aveiro*, 1866.07.06, p. 4). Joaquim Forcado de Mendonça – um dos primeiros a ter um «atelier» em Aveiro (*Idem*, 1868.03.10, p. 4). Jacques Wunderli – fotógrafo amador (*Campeão das Províncias*, 1870.12.10, p. 4). A partir dos anos 70 há na cidade muitos fotógrafos, em especial ambulantes, provenientes do Porto.
- (17) Sobre a imprensa local aveirense veja-se António Zagalo dos Santos, «Imprensa Periódica do Distrito de Aveiro», *Arquivo do Distrito de Aveiro*, Aveiro, 1943, pp. 122-301.
- (18) Cf. *Diário de Lisboa*, n.º 157 e 160 (1866.07.16/19); *Campeão das Províncias*, 1863.09.04, p. 4; *Distrito de Aveiro*, 1867.06.14.
- (19) A inauguração do caminho-de-ferro – troço Porto-Taveiro –, realizou-se em Abril de 1864 (*Campeão das Províncias*, 1864.04.13, p. 4).
- (20) Cf. *Distrito de Aveiro*, 1874.10.08, p. 4 e outros.
- (21) «José Pereira e Pereira Campos, artistas d'esta cidade, acabam de tirar licença para construirem no Rocio uma praça de touros. Dirigiram-se á capital a fim de contactarem os capinhas, e bem assim o gado do Riba-Tejo que deve ser corrido em Aveiro» (*Campeão das Províncias*, 1864.04.20, p. 4). A primeira praça de touros, de pequenas dimensões, começara a construir-se um ano antes (*Idem*, 1863.06.07, p. 4).
- (22) A população das duas freguesias da cidade registou um apreciável crescimento: 1864 – 6 557 hab; 1878 – 7 167 hab; 1890 – 8 860 hab e 1890 – 9 979 hab (Cf. *Censos dos anos referidos*).
- (23) N. Gonçalves, *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Aveiro, zona-sul*, Lisboa, Academia Nacional das Belas Artes, 1959, p. XXX.
- (24) *Ob. cit.*, p. 155. Sublinhados meus.
- (25) Rangel de Quadros, *Aveiro – Apontamentos avulsos coligidos em diversas epochas e principiaados a ser aqui copiados em 1911*, p. 106. Trabalho manuscrito de 1911 a 1916. Fotocópia existente na Biblioteca Municipal de Aveiro.
- (26) Marques Gomes, (*Campeão das Províncias*, 1903-04-29, p. 1). Lamentavelmente, Marques Gomes não indica as fontes pelo que não é possível saber como obteve a informação, nem em que período teriam sido produzidos esses azulejos; de qualquer modo, parece situá-los ainda no século XVIII ou no início de Oitocentos, época em que, segundo Acúrsio das Neves, a fábrica se encontrava em decadência (*Obras Completas*, vol. 3, *Variedades*, tomos I e II, Lisboa, s.d., pp. 251-252).
- (27) Amaro Neves, *Azulejaria Antiga em Aveiro (subsídios para o estudo da cerâmica)*, Aveiro, ed. autor, 1985, pp. 107 e 126.
- (28) Manuel Ferreira Rodrigues, «A Indústria Cerâmica em Aveiro (Final do séc. XIX – Início do séc. XX). Contribuição para o seu estudo», *Revista Portuguesa de História*, tomo XXV, Coimbra, 1989/1990, pp. 161-201.

- (29) *Campeão das Províncias*, 1922-05-27, p. 3.
- (30) Arquivo Histórico Municipal de Aveiro, *Relação dos indivíduos que concorrem à Feira de Março*, liv. 1334, fl. 10v.
- (31) Sobre os barristas de Aveiro e as colecções conhecidas, veja-se A. Nogueira Gonçalves, *Ob. cit.*, p. XXVII e José Queiroz, *Cerâmica Portuguesa*, Lisboa, 1907, pp. 274-276, 279-282 e 284. Este Autor refere os nomes de Bartolomeu Gaspar, Bartolomeu de Lemos, Hierónimo Furtado, João da Graça, Joaquim dos Santos, José Joaquim, Manuel Marques de Figueiredo, Mocho, Pintor, Vale e Gaspar; deste último possui o Sr. Amílcar Pinho e Melo uma peça de 1766.
- (32) Importava conhecer a real dimensão dessa prosperidade a que aludem alguns autores mas não documentam. V. o meu artigo citado (*supra*, nota 28). Também o *Campeão das Províncias* (1862.11.29, p. 4) dizia que a Fábrica do Cojo produzia apenas «louça grossa». Ali mesmo se pode saber o número de olarias na região: 15 no concelho de Ovar, 8 em Aveiro e 12 em Vagos.
- (33) Também por este motivo é grande a expectativa em torno da investigação que a Dra. Inês Amorim está a realizar sobre o século de Setecentos, em Aveiro.
- (34) José Meco, *O Azulejo em Portugal*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, p. 54.
- (35) *Campeão do Vouga*, 1858.08.11, p. 4.
- (36) Dentro da rubrica, «Despesa necessária e obrigatória» (*Sessões da Meza*, liv. 19, fl. 4), pode ler-se: «Idem de concertos e reparos dos telhados da Igreja, caza e Dexp.^a e Hospital – 58\$000. Idem de solho reformado da Igreja concerto e limpeza da cantaria do frontispício d'ella e azulejamento do mesmo – 966\$035».
- (37) *Distrito de Aveiro*, 1867.09.12, p. 4, e 1867.12.10, p. 4.
- (38) Cf. *op. cit.*, *supra*, nota 28, pp. 28-31.
- (39) Marques Gomes, «Cerâmica Aveirense – II. 1487-1922», *Campeão das Províncias*, 1922.06.03, p. 2. Sublinhados meus.
- (40) Entre outros, ver os azulejos de algumas fachadas das ruas Almirante Cândido dos Reis e S. Sebastião, em Aveiro.
- (41) *Estudo sobre o estado actual da Indústria Cerâmica na 2.ª Circunscrição dos Serviços Technicos da Industria*, Lisboa, 1905, p. 16.
- (42) Joaquim de Vasconcelos, *Cerâmica Portuguesa*, Porto, 1884, col. História da Arte em Portugal, 4.º estudo, p. 71.
- (43) Marques Gomes, «Cerâmica Aveirense 1487-1922. II», *Campeão das Províncias*, 1922.06.03, p. 2.
- (44) V. fotografia reproduzida no *Campeão das Províncias* (1903.05.13, p. 1).
- (45) Na colecção particular já referida (*supra*, nota 1), existem pratos com assinaturas de pintores de painéis de azulejos deste período, como A. Quaresma, 1889.
- (46) Diversos autores têm dado noticia de um número apreciável de pintores. Entre eles, os mais referidos, ligados à Fonte Nova, são: A. Quaresma, Alfredo Mota, Ângelo S. Chuva, António Augusto G. da Silva, Carlos Branco, Carlos Mendes, Edmundo Trindade, João Aleluia, Joaquim Simões Chuva, José de Pinho, José Romão Júnior, José da Silva, Júlio Augusto Henriques, M. Paulino, Manuel Pedro da Conceição e filho, Maria do Cardal Lemos, Maria da Conceição, Margarida Costa e, obviamente, Licínio Pinto e Francisco Pereira.
- (47) Como é o caso de Carlos Branco (depoimento do Dr. Albano da Conceição; *infra*, nota 52). Este pintor estava na Fábrica do Carvalhinho no início deste século (José Queirós, *ob. cit.*, p. 413). Também a fachada do prédio n.º 5/7, da Rua João Mendonça, com belos azulejos Arte Nova, teriam sido pintados por um artista de fora dada a enorme dissemelhança entre eles e os trabalhos então executados pelos artistas da cidade.
- (48) José Queirós e a imprensa local referem como pintores «amadores de azulejos e placas»: Maria da Conceição, dr. Júlio Augusto Henriques, Carlos Mendes, o escultor José Romão Júnior, a esposa Margarida Costa e José de Pinho. Muitos deles tinham uma formação académica e pintavam igualmente em tela. Do último há noticia de que riscou alguns edifícios Arte Nova na cidade no início do século (*Campeão das Províncias*, 1907.12.21, p. 2).
- (49) Hubert, Damisch, «Artista», *Artes-Tonal/Atonal*, Einaudi, vol. 3, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, pp. 70-71.
- (50) Da Fábrica Aleluia, são raros os trabalhos assinados pelos pintores.
- (51) Estes pintores foram sócios fundadores da ELA – Empresa de Louça e Azulejos, Lda. (Arquivo Distrital de Aveiro, not. Adelino A. Simão da Fonseca, liv. A8, fls. 26-28v). Trabalharam, depois da falência desta, na Empresa Olarias Aveirense, donde terão saído para a Fábrica do Outeiro, em Águeda.
- (52) Depoimento em 1988.09.05. O livro das composições teria ficado na posse de seu irmão Luís da Conceição que trabalhava e vivia na Vista Alegre. Após a morte deste não mais se soube do livro referido.
- (53) Arquivo do Tribunal de Aveiro, *Processo de Contas [da falência das fábricas da Fonte Nova]*, maço n.º 128, 1911, fls. 66-71. Comparem-se os valores dos seus salários semanais: Venerando Matos – \$640; Manuel Pedro da Conceição – \$540; Licínio Pinto – \$500 e Francisco Luís Pereira (então com 19 anos) – \$240.
- (54) José Meco, «Azulejos de Lisboa», [Catálogo da] *Exposição Azulejos de Lisboa*, Câmara Municipal de Lisboa, 1984, p. 76 e 77.
- (55) Gisèle Freund, *Fotografia e Sociedade*, Lisboa, Vega, 1989, p. 101.
- (56) Tschudi Madsen, *Art Nouveau*, Porto, Editorial Inova, 1967, p. 14.
- (57) José Meco, *Azulejos Portugueses Séculos XVII a XX*, Rabat, 1989, p. 28. Idem, *ob. cit.* (*supra*, nota 54), pp. 72-74.
- (58) João Ferreira Pinto Basto, «A Cerâmica Portuguesa», *Indústria Portuguesa*, n.º 82, Lisboa, Associação Industrial Portuguesa, 1934, p. 20.
- (59) Júlio Gil, *As mais belas igrejas de Portugal*, vol. II, Lisboa, Editorial Verbo, 1989, pp. 78-79.
- (60) Na colecção do Sr. Amílcar Pinho e Melo pude ver peças cerâmicas onde a influência da louça das Caldas é evidente; não estão, contudo, datadas.
- (61) A influência dos painéis das igrejas das Carmelitas, Sé e Convento de Santo António são evidentes como nos painéis da Estação do Caminho de Ferro. Outro exemplo: confronte-se o painel existente no interior da Misericórdia de Aveiro com os «azulejos do Rc. de S. Bernardino. Séc. XVIII» reproduzidos por N. Gonçalves, *ob. cit.*, est. CXXV, que se podem ver à entrada do Museu de Aveiro.

PARQUE MUNICIPAL DE FEIRAS E EXPOSIÇÕES

O Vereador do Pelouro de Feiras, Prof. Celso dos Santos, em reunião da Câmara Municipal de 18 de Fevereiro de 1991, apresentou a seguinte proposta, que mereceu concordância e aprovação:

— Vai distante o tempo em que as responsabilidades da Câmara Municipal se resumiam, em matéria de Feiras e Exposições, às feiras de Março e à Agrovouga.

Com o passar dos anos entraram, no Parque de Feiras, as Feiras do Livro e do Artesanato, além de outras realizações, como Festas da Cidade e exposições diversas, tirando-se partido dos pavilhões existentes, o que obrigou a deslocação de uma funcionária para o Parque, a tempo inteiro, mais tarde uma outra, vindo a constituir aquilo que designamos por «Secretariado Permanente das Feiras».

De há quatro anos para cá, atrás de novas ideias, surgiram novos certames (mostras de Cerâmica, Material Eléctrico e Electrónico, Salão de Construção e Obras Públicas, Salão de Antiguidades, Feira de Móveis, Salão Automóvel, Feira do Mar e outras), além de realizações de valor cultural e recreativo, e uma crescente procura dos pavilhões para outros fins como reuniões, convívios, bailes, espectáculos, não esquecendo ainda a Feira dos 28.

Uma progressiva actividade geradora de inúmeras tarefas e novas responsabilidades obrigou à criação de uma estrutura humana afecta às Feiras: Secretariado, guardas, porteiros e um numeroso leque de colaboradores, variável com a natureza dos certames.

Pese embora o amadorismo ainda existente neste importante sector, é verdade que, com grandes esforços, Aveiro tem conseguido criar as condições mínimas que têm vindo a permitir a concretização de um calendário de feiras anual que reputamos de qualidade, constituindo momentos de elevado interesse e entusiasmo junto dos sectores de actividades económicas da Região e do País.

Temos hoje uma grande responsabilidade. Atendendo ao crescimento de cada um dos certames e à evolução qualitativa que se deseja imprimir-lhes e perspectivando, desde já, a próxima construção de um Parque de Exposições novo com uma gestão apropriada, é altura de a Câmara encarar e apreciar o funcionamento das feiras.

Redimensionando o Secretariado (duas funcionárias e um desenhador, ampliadas as suas instalações e assegurando o pessoal operário e auxiliar), urge conferir ao sector **uma autonomia** tão ampla quanto possível num quadro legal no que se refere a decisões e a dinheiros.

Sabemos que no contexto das complexas e multifacetadas responsabilidades da Câmara, o sector de Feiras apresentar-se-á menos prioritário ou mesmo não essencial.

Porém, um serviço de reconhecido valimento que se presta ao desenvolvimento do Concelho e da Região, acompanhando os outros centros existentes no País e que pode suportar a maior parte das suas próprias despesas, o sector de Feiras e Exposições — pela qualidade, pela dimensão, pelo prestígio conseguido e pelo dinamismo que demonstrou nos últimos anos — é, efectivamente, merecedor de condições de trabalho.

Assim propõe-se a criação de uma Estrutura de gestão com a seguinte constituição:

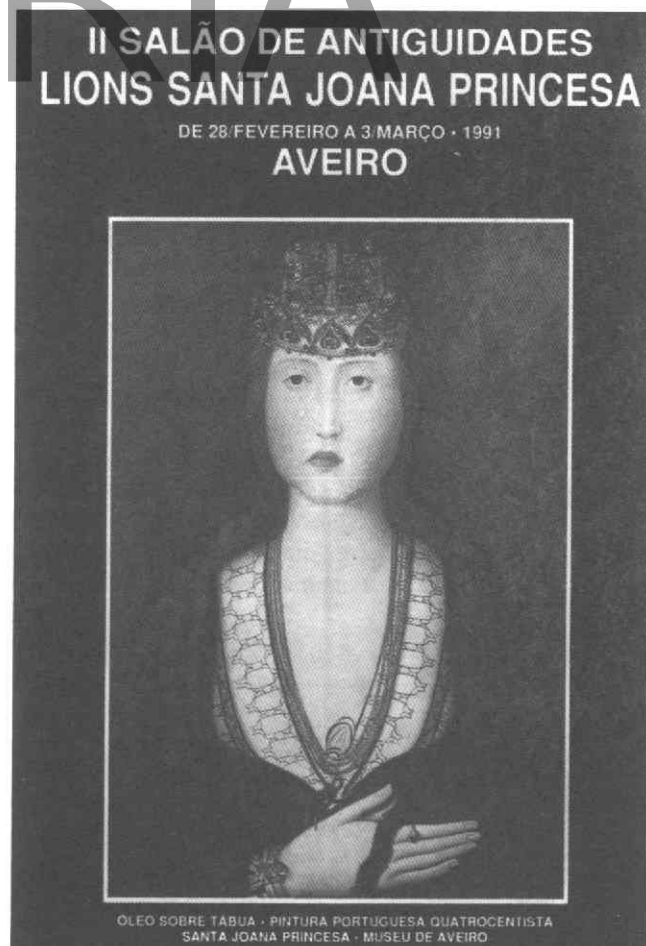
1) **Comissão de Gestão:** Presidente: Vereador do Pelouro Prof. Celso Santos; Vogal: Vereador Eng. Victor Silva; Vogal: Vereador Eng. António Alves.

2) **Atribuindo-lhe as competências:** – Tomar as medidas de fundo no âmbito das Feiras; arrecadar as receitas e efectuar despesas; calendarizar as feiras a realizar; sugerir à Câmara Municipal as obras necessárias ao bom funcionamento do Parque; preparar os meios necessários à organização do futuro Parque de Exposições – EXPOAVEIRO; dinamizar o Secretariado de Feiras existente reforçando o seu equipamento e assessorando-o com uma funcionária da Contabilidade que diariamente procederá à passagem das guias de receita e de despesa efectuadas de forma a que todo o movimento se mantenha inteiramente integrado na Contabilidade Municipal; equipar o Secretariado com os meios necessários e indispensáveis a um funcionamento moderno e eficiente; estabelecer as relações com outros centros de exposições e sectores de actividade económica, nomeadamente a Associação Industrial do Distrito de Aveiro e a Associação Comercial de Aveiro; e apresentar à Câmara Municipal com regularidade planos e relatórios de actividades, para ratificação.

II SALÃO DE ANTIGUIDADES

Com a colaboração e apoio da Câmara Municipal de Aveiro, o Lions Clube de Santa Joana Princesa organizou o II Salão de Antiguidades, que decorreu de 28 de Fevereiro a 3 de Março, no pavilhão octogonal do Recinto de Feiras e Exposições. Estiveram presentes quarenta antiquários, oriundos não só de Aveiro, mas também de Lisboa, Porto, Coimbra, Póvoa de Varzim, Setúbal, Oliveira de Azeitões, Parede, Águeda, Braga, Linda-a-Velha, Vila Nova de Gaia, Leiria, Estoril e Cascais.

bibRIA



Cartaz do II Salão
de Antiguidades
(Design – Gaspar Albino)

Transcrevemos aqui algumas das palavras que o Presidente do Lions Clube de Santa Joana Princesa escreveu para o respectivo guia, nas quais se patenteiam os motivos desta iniciativa:

— «O sucesso alcançado no ano transacto, leva-nos a prosseguir, com os mesmos objectivos.

A demonstrar o interesse crescente desta acção, bastaria referir que o Salão deste ano congrega um maior número de expositores, esgotando por completo todo o espaço disponível.

O interesse demonstrado pelo público por este género de actividades permite antever resultados altamente positivos.

Se outras razões não houvesse, estas bastariam para justificar a realização de um segundo certame desta natureza.

Mas o Clube, para além de proporcionar aos Antiquários uma oportunidade para divulgarem a sua actividade e simultaneamente apresentarem os seus produtos, está interessado em fomentar actividades de carácter cultural e de reconhecido interesse para divulgação das potencialidades da Região.

Outro dos objectivos é proporcionar ao Lions Clube a angariação de fundos para as suas obras de carácter social e de apoio à comunidade.

Também, por estas razões, surge o II Salão de Antiguidades, com o entusiasmo do Lions Clube de Santa Joana Princesa e a colaboração da Câmara Municipal de Aveiro a quem deixamos bem expresso o nosso reconhecimento.

Aos Antiquários desejamos os maiores êxitos e agradecemos a presença e todo o apoio prestado.

A todos os que com tanto carinho e dedicação tiveram, uma vez mais, a coragem de pôr de pé tão grandioso projecto o nosso muito obrigado».

Quantitativa e qualitativamente o II Salão de Antiguidades revelou-se um êxito cultural e comercial; além de ser visitado por cerca de dez mil pessoas, mereceu a atenção cuidada da parte dos meios de comunicação social, que realçaram os objectivos de solidariedade que, com ele, se visaram atingir.

FEIRA DE MARÇO

Conforme o que havia sido estabelecido, de 23 de Março a 21 de Abril, realizou-se em Aveiro mais uma edição da tradicional Feira de Março, com a idade de «quinhentos e cinquenta e sete anos sempre jovens». Mais uma vez, a popularidade deste certame ficou bem patente nas centenas de milhar de pessoas – adultos, jovens e crianças – que o visitaram ao longo das quatro semanas.

O respectivo cartaz foi apresentado em concurso de alunos das escolas secundárias da cidade; entre as dezenas de trabalhos, o júri escolheu o de Carlota Trindade Verde, do 9.º ano – J – da Escola Secundária de José Estêvão. Também houve prémios para os melhores «stands»: 1.º prémio – «ex-aequo» para Anselmo Santos (pela exploração harmoniosa do espaço) e Irmãos Monteiro (pela eficiência na transmissão de imagem); 2.º prémio – não foi atribuído; 3.º prémio – para Stand Vicente (pela criação de ambiente em espaço aberto). Foram contemplados com «Menção Honrosa» os «stands» de Dilarmes, ASA, Interscape, Móveis Kol, e Manuela Freire.

Como vem sendo habitual, estiveram presentes três cidades-irmãs – Viseu, Ciudad Rodrigo (Espanha) e Arcachon (França) – que, em 14 de Abril, tiveram o seu dia específico, com programa apropriado. Também não faltou, em todos os fins de semana, a animação cultural, musical e recreativa, de que se encarregaram diversos agrupamentos, grupos folclóricos e etnográficos e vários artistas.

Sob o título «Tradição e Modernidade», o Presidente da Câmara Municipal de Aveiro, Dr. José Girão Pereira, subscreveu as seguintes palavras para o folheto-guia:

— «A Feira de Março estreia este ano uma fórmula algo inovadora de gestão, comum a todas as feiras e exposições de iniciativa municipal.

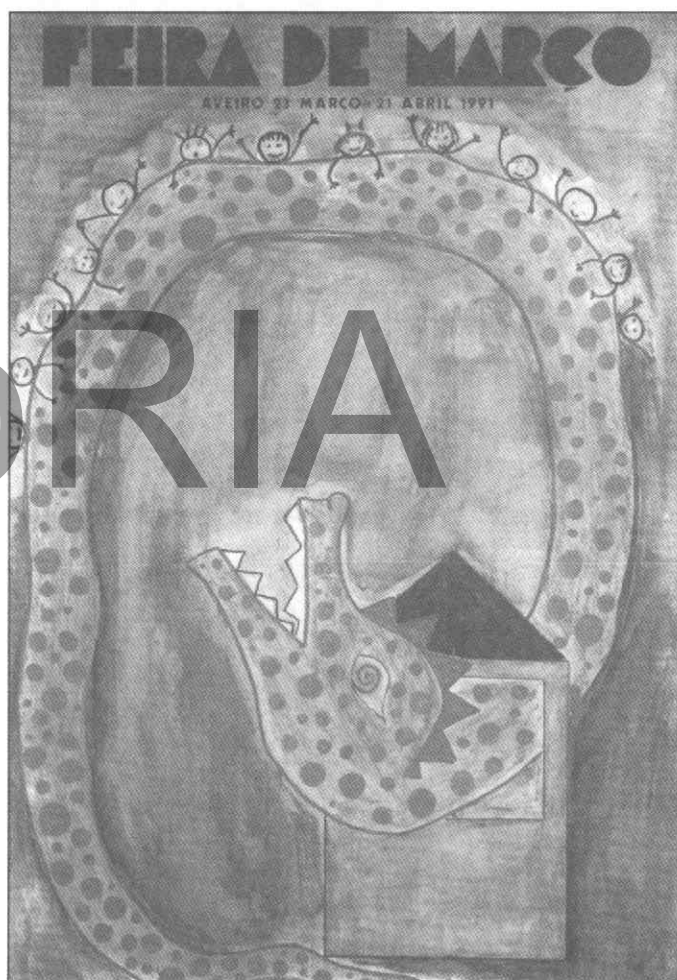
Referimo-nos à nomeação de uma Comissão de Gestão, composta por três elementos do Executivo Municipal e presidida pelo vereador do pelouro de feiras e exposições, que terá a seu cargo a gestão integrada de todos os certames bem como do Parque de Exposições.

Trata-se de mais um passo no sentido de uma crescente autonomização deste importante sector da actividade do Município, que desejamos partilhado com associações profissionais e de classe, outras instituições e a iniciativa privada.

Para além da gestão integral do Parque e do conjunto de certames anuais, se bem que enquadrada no âmbito mais geral da administração municipal, sobre esta Comissão de Gestão recai a tarefa não menos importante de perspectivar o futuro Parque de Exposições que Aveiro merece.

Cumpre-lhe, ainda, fazer a demonstração da rentabilidade económica do sector de feiras e exposições – para nós uma certeza – por forma a cativar e interessar os agentes económicos.

biblioteca



Cartaz da Feira de
Março (Design – Carlota
Trindade Verde)

A Feira de Março, este ano na sua 557.ª edição, estreia, também, um espaço mais amplo e melhorado para o Secretariado de Feiras. Beneficiarão os serviços. Aproveitarão, também, públicos e expositores.

Noutro aspecto, penaliza-nos não podermos anunciar ainda, este ano, o futuro Parque de Exposições, que o crescimento dos certames exige, e Aveiro, no confronto com outras cidades, merece.

De qualquer forma, renovada como a esperança que a todos – Comissão de Gestão e Câmara Municipal – anima, a Feira de Março/91 está aí, feita de festa, feira e mostra de algumas das potencialidades da região.

Sejam todos bem-vindos.»

Do Vereador do Pelouro de Feiras, Prof. Celso dos Santos, é o texto que se transcreve:

— «Vai longe o tempo em que a Feira de Março era um simples entreposto de trocas comerciais, na sua maioria de produtos agrícolas ou seus derivados.

Sem que tenha perdido o seu cunho popular modernizou-se, evoluiu, sendo hoje uma importante feira-exposição nacional, reflectindo um extraordinário potencial nos diversos sectores de actividade económica, comercial, industrial e de serviços, espelhando de certa maneira a realidade de Aveiro e sua região.

Uma feira com características de algum modo invulgares, apresenta-nos uma vivência que permite a comunhão plena de realizações. Nela encontramos desde as áreas comerciais, ao artesanato, aos comes e bebes, às quinquilharias, e, ao mesmo tempo, uma forte animação cultural e recreativa que constitui um atractivo para todos os que a visitam.

Não perdeu as suas características no decorrer dos seus 557 anos de realização ininterrupta, embora crescendo e adaptando-se à vida moderna. Continua a ser história, constituindo só por si um elemento muito importante culturalmente.

Ela se apresenta mais uma vez em toda a sua plenitude. Igual às anteriores, posição que importa manter, mas diferente, com novas atracções, novos expositores, cada vez mais pujante, dando início a um importante ciclo anual de feiras. Não fora a exiguidade do Parque de Feiras e ela seria muito maior.

De facto, a reduzida área da feira não permite o atendimento de todos os comerciantes e expositores. Sendo a primeira feira do ano, é uma feira deveras importante, como que marcante de todo o processo comercial a decorrer durante o ano. Lamentamos que assim aconteça.

Ela aí está repleta, diversificada, com toda a sua força e significado que a cidade lhe confere, mas cada vez mais nova e actual».

COMISSÃO DA FEIRA DE MARÇO:

Presidente – Prof. Celso dos Santos;

Secretariado – Vasco Alves Lopes, Alexandrina Maximino, Irene Bártolo e Isabel Neto;

Comissão Técnica – Arq. José Quintão (GRUA), António José Bartolomeu (DSU), João Portugal (Gab. de Design), Gonçalo Lé (GRUA), Dr. Emanuel Cunha (Serv. de Cultura), Elmano Ramos (Armazéns Gerais), Justino Tomás Ribeiro (Armazéns Gerais), José Evaristo Rodrigues (Serv. de Fiscalização), Eng. Acílio Vitória e José Carlos Maximino (Gab. de Imprensa);

Colaboradores – Associação Comercial de Aveiro, Associação Industrial do Distrito de Aveiro e INATEL.

ACTA DO JÚRI DO CARTAZ

Aos quinze dias do mês de Fevereiro de mil novecentos e noventa e um, reuniu o Júri, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Aveiro, sendo constituído pelos seguintes elementos: – Vereador Prof. Celso dos Santos; Arqt.º José Quintão (C.M.A.); Designer João Portugal (C.M.A.); Arqt.ª Maria Teresa Pereira Campos (Esc. Sec. José Estêvão); Designer Isabel Maria P. B. Gala Duarte (Esc. Sec. José Estêvão); e Pintora Lúcia Seabra (Esc. Sec. de Esgueira).

Após apreciação dos trabalhos concorrentes, o Júri decidiu atribuir os seguintes prémios: – 1.º Prémio – Carlota Trindade Verde – 9.º J – Esc. Sec. José Estêvão; 2.º Prémio – Helder Manuel Ruela Sanches – 9.º D – Esc. Sec. de Esgueira; 3.º Prémio – Paulo Alexandre Reis Carvalho – 9.º I – Esc. Sec. José Estêvão.

Dada a qualidade dos trabalhos apresentados, o Júri decidiu atribuir três Menções Honrosas assim distribuídas: – Cláudio João Feio – 9.º A – Esc. Sec. de Esgueira; Cristina Costa – 10.º K – Esc. Sec. José Estêvão; Cláudia Rocha – 10.º K – Esc. Sec. José Estêvão.

O critério do Júri obedeceu aos seguintes princípios: – a originalidade com que o tema foi abordado; e o impacto visual como cartaz.

O Júri congratula-se com a quantidade e qualidade dos desenhos a Concurso, o que tornou a tarefa muito difícil, lamentando não poder expor a totalidade dos desenhos.

Os prémios a atribuir aos trabalhos são os seguintes: – 1.º Prémio: 35.000\$00; 2.º Prémio: 25.000\$00; 3.º Prémio: 15.000\$00; Prémio de grupo de trabalho – passeio de lancha pela Ria.

PRIMEIRO-MINISTRO EM AVEIRO

Nos dias 6 e 7 de Abril, o professor Doutor Anibal Cavaco Silva, na qualidade de Primeiro-Ministro, visitou diversos concelhos do nosso Distrito, entre os quais o de Aveiro.

Não pretendemos fazer aqui a reportagem que o acontecimento mereceria; aliás, na ocasião, a visita foi coberta, nos seus pormenores, pelos órgãos de comunicação social. Mas não podemos deixar de referir que o Primeiro-Ministro procedeu à inauguração oficial das novas instalações administrativas do Porto de Aveiro, do Complexo TIRTIFE e do Centro do Instituto da Juventude de Aveiro, além de visitar a Feira de Março, então em curso, e a Estação de Selecção e Reprodução de Bovinos Leiteiros de Verdemilho.

Usando da palavra nas diversas circunstâncias, o Prof. Cavaco Silva teve ocasião de se referir ao Distrito de Aveiro, às suas estruturas e às suas potencialidades:

No Porto de Aveiro: – «O Porto de Aveiro, obra magnífica, é uma porta para a Europa, juntamente com o itinerário principal n.º 5 (IP 5); ele serve não apenas a região centro do País, mas pode também servir parte da vizinha Espanha. Por isso, é preciso que haja aqui condições e competitividade para atrair os empresários».

No TIRTIFE: – «Espero que estas estruturas sejam capazes de mostrar aos empresários espanhóis que é competitivo exportarem para Aveiro».

No Centro do Instituto da Juventude: – «Aveiro é, hoje, uma história de sucesso no nosso País, pelo desenvolvimento económico, pelo volume de investimentos e pelo pleno emprego. Aveiro é uma porta aberta para a Europa, devido à ligação rodoviária com a vizinha Espanha pelo IP 5, pela ligação fácil ao Porto, a Braga e, depois, até Valença e Galiza, pela ligação fácil a Lisboa e para o sul. O Distrito de Aveiro é uma história de grande sucesso, reconhecido em todo o País e para além das nossas fronteiras».

Dirigindo-se aos jovens, acrescentou: – «Os jovens portugueses devem tornar-se numa geração de sucesso nessa Europa exigente, de que Portugal faz parte».

Antes de terminar a visita em terras do concelho, o Primeiro-Ministro ainda afirmou: — «Por aquilo que ontem vi e pelo que vi hoje, sei que podemos contar com o Distrito de Aveiro; é, sem dúvida, o Distrito mais dinâmico do País nos últimos anos. Por isso, penso que é um Distrito com futuro».

O Presidente da Câmara Municipal e vários elementos da Autarquia aveirense cumprimentaram o Prof. Cavaco Silva e estiveram presentes em alguns actos por ele presididos.

DIA DAS CIDADES IRMÃS

O dia 14 de Abril, no decorrer da Feira de Março, foi a data que se programou para o «Dia das Cidades Irmãs e Amigas». Com esta iniciativa, a Câmara Municipal de Aveiro pretende manter vivas as boas relações existentes entre tais cidades.

Vieram delegações até nós, com excepção de Oita (Japão), pela distância, e de Bourges (França). Ciudad Rodrigo (Espanha) trouxe um numeroso grupo, encabeçado pelo Alcaide, José Luis Cid Cebrian; de Arcachon (França) veio o Vereador Michel Marlighem; Viana do Castelo esteve presente na festa do Vereador Abílio Silva, substituto do Presidente do Município; e Viseu fez-se representar não só

pelo Presidente da Câmara, Fernando Rua, mas também pelo Governador Civil do Distrito, Soares Marques.

Na ocasião, o representante do Município Viseense faria votos para que «a redução das distâncias que a via rápida trouxe possa ter tradução proporcional na intensificação do convívio e do relacionamento que todos desejamos entre os nossos Municípios». O mesmo autarca diria que a recente formação da Comissão Permanente Luso-Espanhola – que envolve quase todos os concelhos portugueses e espanhóis que são atravessados e servidos pelo IP 5, em Portugal, e pela N 620, em Espanha – traduz a consciência «de que temos problemas análogos», cuja solução pode ser estudada em conjunto.

O Vereador Coronel Martinho Pereira, em exercício pela ausência do Presidente da Câmara Municipal de Aveiro em França, sublinharia a mesma ideia, que



Cidades Irmãs –
– Na sessão de
boas-vindas

também foi secundada pelo Vereador de Arcachon e ainda pelo Alcaide de Ciudad Rodrigo, que diria: — «O futuro dos nossos povos vai beneficiar deste relacionamento além fronteiras».

O Vereador Abílio Silva, de Viana do Castelo, vendo o saldo positivo de tais encontros, confessaria: — «É pena que não tenhamos mais ocasiões como esta, onde seja possível trocar os nossos conhecimentos e pôr em comum as nossas experiências».

FESTAS DO MUNICÍPIO

Ao longo dos dias 1 a 19 de Maio, decorreram as Festas do Município de Aveiro. No programa incluíram-se diversificadas actividades, como o ciclo de cinema Marguerite Duras, a estreia da peça teatral «Agatha» (GRETUA), a actuação da Orquestra Ligeira do Conservatório de Música de Aveiro, a Gincana de bicicletas e a II Gincana automóvel «Dragões de Aveiro», a I e II Jornadas de Andebol do Torneio «Santa Joana», música coral pelo Orfeão de Esgueira, Coral Polifónico de Aveiro e Coral Vera-Cruz, arruada pela Banda Amizade, Banda Eixense, Banda da Escola de Música da Quinta do Picado, Fanfarra de São Bernardo, Fanfarra da Costa do Valado e Fanfarra de São Jacinto, a IX Corrida de Bandeja de Aveiro, Maratona de Canoagem de K 4 Ovar-Aveiro, XVI Torneio de Natação «Mártires da Liberdade», «Grande Prémio Clássico das Beiras» em ciclismo, serão musical da Associação dos Antigos Alunos da Universidade de Aveiro com a participação do Quarteto de Jorge Palma, espectáculo comemorativo do X Aniversário da Tuna Académica da Universidade de Aveiro, I e II Jornadas de Basquetebol do XII Torneio «Santa Joana», I Concurso Nacional de Pesca Desportiva-Mar,

exposição de pintura «Alunoarte» e atelier de Artesanato, ao ar livre, na Praça de Joaquim de Melo Freitas.

Sem desprimor para qualquer dos números programados e concretizados, referimo-nos brevemente a três: a exposição de Azulejaria, a solenidade religiosa de Santa Joana e a sessão solene nos Paços do Concelho para a entrega de distinções honoríficas.

Sobre a exposição de Azulejaria, promovida pelos Serviços de Cultura da Câmara Municipal de Aveiro, que mostrou noventa e sete painéis na respectiva Galeria, de 1 a 26 de Maio, transcrevemos aqui o texto assinado pelo Vereador do Pelouro da Cultura, Prof. Celso dos Santos; em poucas palavras, nele se definem as finalidades da iniciativa:

— «Era nossa intenção, desde há muito tempo, dar a conhecer aos Municípes parte do espólio azulejar que, por aquisição, oferta ou recolha, tem vindo incorporar a colecção de azulejos da Câmara. Proporciona-se, agora, durante as Festas do Município, mostrar a diversidade da padronagem azulejar que, ao longo de várias décadas, foi produzida em várias fábricas e aplicada, quer em revestimentos (exteriores e interiores), quer em decoração de casas entretanto demolidas ou



Na sessão solene nos Paços do Concelho, para entrega de distinções honoríficas – O Presidente da Câmara no uso da palavra

recuperadas. Com esta exposição, pretendemos sensibilizar a população para a importância do azulejo no seu aspecto cultural, histórico e artístico e, por isso, alertar para a necessidade de continuar a preservá-lo enquanto património que, reunido, constituirá um dos embriões do futuro Museu de Cerâmica».

A solenidade da Princesa Santa Joana, no dia 12 de Maio, feriado municipal, constou da celebração eucarística, na sé, e de procissão pública – aquela presidida pelo Bispo de Aveiro e esta pelo Vigário Geral da Diocese. Da homilia de D. António Marcelino destacamos:

— «Recordando e honrando, neste dia, a Santa Princesa, nossa Padroeira, é sempre a Deus que louvamos e a Quem damos graças por aqueles que, sendo embora da nossa raça e condição humana, mostraram pela sua vida e acção que a mesma Santidade de Deus é vocação e caminho possível para todos nós, Seus filhos. Desejo saudar, neste dia festivo, os Autarcas da nossa Cidade de Aveiro e os seus colaboradores; e ainda todos quantos se preocupam e afadigam para que a Cidade de Santa Joana seja digna e acolhedora e lhe não falem nem as condições materiais, nem um clima de sã convivência, acessíveis a todos os que aqui vivem, ou, por aqui passando, simplesmente nos visitam. Desejo, ainda, que todos nós, cristãos, para quem Santa Joana Princesa não é apenas uma pessoa ilustre da nossa História, mas é, sobretudo, uma cristã, exímia na virtude, nos disponhamos a acolher, diariamente, o seu exemplo e o eloquente testemunho da sua vida – uma vida onde nunca faltará lugar e amor para todos, especialmente para os

mais necessitados da sua ajuda ou do seu conselho, porque colocara sempre Deus e o Seu Amor em primeiro lugar».

A procissão, como habitualmente, foi um acontecimento marcante nas ruas de Aveiro; nela se incorporaram as Irmandades religiosas, os escuteiros, os sacerdotes, duas bandas de música, as autoridades distritais e municipais e muitas pessoas. As varandas e janelas das casas, entre as quais foi levado o andor de Santa Joana, mostravam-se enfeitadas de colchas e delas eram lançadas pétalas de rosas e outras flores.

Na sessão solene, nos Paços do Concelho, também realizada no dia 12, o Presidente da Câmara referiu o seu objectivo: — «Homenagear os filhos de Aveiro que têm contribuído para a dignificação da sua Terra».

Este ano, a Medalha de Mérito Municipal, em prata, foi atribuída aos segundos comandantes dos Bombeiros Velhos e Novos, respectivamente José Pereira Carvalho Júnior e Manuel dos Santos Rigueira, e ainda aos Padres José Félix de Almeida e Manuel António Fernandes, pela obra social que têm realizado nas suas

bib



*Cartas das Festas
do Município
(Design – João Portugal)*

freguesias. A placa de prata foi entregue a Fernando Pessa, repórter da rádio e da televisão, nascido em Aveiro em 1902, e aos membros da equipa olímpica de remo do Clube dos Galitos, que se distinguiram em Londres (1948), em Helsínquia (1952), em Milão e em Casteltandolfo. Também foram agraciados trinta e quatro funcionários municipais, por vinte e cinco ou mais anos de serviço.

Olímpicos do Clube dos Galitos agraciados: — Ricardo dos Santos da Benta; Carlos dos Santos da Benta; João Dias de Sousa; Carlos do Roque; Albino Simões Neto; Felisberto Gonçalves Costa; Luís da Naia Machado; João da Silva Cravo; João Ventura Paula; Zacarias Sarrazola Andias; Manuel da Cruz Regala; José de Matos Pinheiro; Mário Teles Júnior; José Maia Machado; João Alberto de Lemos (já falecido); e Manuel Mota (já falecido).

Funcionários municipais agraciados: — Agostinho Alves Ribeiro; Angelino Rodrigues Madeira; Anselmo Maranhão; Antonina Lemos Soares Godinho; Armando Gil Oliveira Costa; Belmiro Pirra Ferreira Génio; Bernardo Alves Fernandes; Carlos da Cruz Lopes; Carlos Salviano Graça da Silva; Carlos da Silva Rebelo; Diamantino Manuel dos Reis Dias; Elvira Lopes Resende; Herculano Gonçalves Carvalhosa; João Carlos Lima Gaspar; Joaquina Alves Leite; José da Conceição Barreto; José Lima da Peixinha; José Simões Marques; Lisete dos Santos Marques; Luís Afonso da Silva Soares; Manuel Joaquim Ventura Henrique; Manuel Tavares Castanheira; Maria Fernanda Ferreira de Sousa Santos; Maria Luísa Alves dos Reis; Miguel de Jesus das Neves; Moisés Valente da Costa; Vasco Alves Lopes; Augusto da Silva Pinheiro; Carlos Alberto Bio da Maia; Gelásio dos Santos Marques; João Maria da Costa Pinto; José Roque Duarte; Olímpio Pereira Rebelo; e Vasco da Conceição Justica.

TERMINAL FERROVIÁRIO

A Câmara Municipal de Aveiro e a C.P. – Caminhos de Ferro Portugueses, E.P., acordaram entre si e mutuamente se comprometeram na permuta de terrenos em ordem a viabilizar a construção de um Terminal Ferroviário de Mercadorias, no lugar da Junqueira, da freguesia de Esgueira, junto à fábrica da Renault. O protocolo foi assinado pelas Partes no salão nobre dos Paços do Concelho, no dia 22 de Maio. Uma vez concretizado em todo o seu articulado, o importante acordo tornará possível o normal desenvolvimento da cidade, numa zona de interesse urbanístico.



*Terminal Ferroviário
de Mercadorias –
Assinatura do
protocolo*

O referido acordo, preparado em longas e intensas negociações mútuas, vai permitir não apenas a concretização de uma velha aspiração da Câmara, qual é o Terminal Ferroviário, como também a rentabilização dos terrenos, até agora da C.P., afectos aos antigos ramais Aveiro-Mar e Canal de S. Roque, há anos desactivados; permitirá ainda a urbanização dos terrenos que a C.P. detém junto da estação do caminho de ferro da cidade – que será dotada de um acesso subterrâneo ao Centro Coordenador de Transportes e de um parque de estacionamento.

Nas palavras que proferiu na ocasião, o Dr. José Girão Pereira definiu o acordo como histórico e de extrema importância para o futuro de Aveiro e enalteceu o clima de abertura encontrado na Administração da C.P.

Por seu turno, o Eng. Carvalho Correia sublinhou que o protocolo, então assinado, se é importante para Aveiro, não o é menos para a C.P., que está a pretender pôr fim ao isolamento em que se encontra no sector de transportes de mercadorias.

FEIRA DO LIVRO

A Associação dos Livreiros do Concelho de Aveiro, com a efectiva colaboração da Câmara Municipal e com o apoio o Governo Civil do Distrito e da Região de Turismo da Rota da Luz, realizou a décima nona edição da Feira do Livro. O certame, que teve lugar no pavilhão octogonal do Recinto Municipal de Feiras e Exposições, decorreu de 25 de Maio a 4 de Junho.

Participaram as livrarias ABC, Contracapa, Estante, Liceu, Santa Joana, O Golo, Crediverbo e Publicações Alfa. Esteve também presente a Somúsica (instrumentos musicais), o Clube dos Galitos (filatelia), a ADERAV, o Microponto e a Grade (exposição de pintura). A Câmara Municipal de Aveiro ocupou um «stand» próprio, onde deu a conhecer autores aveirenses e as suas publicações e teve à venda diversos livros e revistas de escritores locais, além de montar uma mini-biblioteca infantil/juvenil. Isto foi possível graças aos respectivos Serviços de Cultura e da Biblioteca Municipal.

bib RIA



Cartaz da Feira do Livro (Design - João Portugal)

No acto da inauguração, o Prof. Celso dos Santos reforçou a importância da Feira do Livro; e o Governador Civil, por sua vez, realçou a excelência da iniciativa e propôs que se alargasse aos restantes concelhos do Distrito de Aveiro.

Um programa diversificado de variedades animou todos os dias a Feira do Livro.

Recortamos as seguintes palavras da página do folheto-guia, subscrita pelo Vereador do Pelouro da Cultura:

— «Uma Feira que vemos com muito carinho à qual dedicamos a melhor atenção. Para a sua concretização contribuem os esforços dos Serviços de Cultura e muito especialmente os da Direcção da Associação dos Livreiros do Concelho de Aveiro, que vem desenvolvendo um extraordinário trabalho junto dos seus associados, procurando manter a sua presença no certame. Convida-se a população a visitar a Feira, pois nela encontrará uma importante exposição de

livros, entre os quais contamos com a presença de obras de todos os Escritores Aveirenses e ainda de um espaço apropriado para os mais pequenos, organizado pelos Serviços de Cultura. Paralelamente poderá o visitante recrear-se com uma animação cultural que a Associação preparou. Faço votos para que a Feira de 1991 decorra com a normalidade das anteriores e que venha obter os resultados satisfatórios como vem acontecendo».

Também transcrevemos o texto do Presidente da Assembleia da Associação dos Livreiros do Concelho de Aveiro, Padre Abraão da Costa Lopes: — «A Feira do Livro na nossa Cidade, a par das Cidades de Lisboa e Porto, constitui um marco importante na vida cultural de Aveiro.

O interesse dos Aveirenses por esta iniciativa e a colaboração dos Serviços de Cultura da nossa Edilidade, da Rota da Luz e do Governo Civil levaram a Associação dos Livreiros do Concelho de Aveiro a ultrapassar limitações e dificuldades para tornar realidade mais esta Feira do Livro de 1991.

A fraca adesão dos Livreiros da Cidade não diminui em nada a qualidade deste Certame.

Todas as Editoras nacionais estarão presentes nos escaparates das Livrarias que aderiram a esta Feira.

Confiemos em que todos os esforços e sacrifícios feitos para a realizar encontrem eco nos Aveirenses, e a Feira do Livro se torne um êxito que possibilite a sua realização nos anos futuros.

À Associação dos Livreiros e aos Livreiros que estão presentes na Feira, bem como a todos os que colaboraram para a sua viabilidade, vai o nosso «Muito Obrigado».

Segundo a opinião dos promotores, a Feira do Livro de 1991 teve uma adesão por parte do público de cerca de cinquenta por cento superior à do ano passado. No que toca a vendas, também registou uma melhoria acentuada, conseguindo assim aproximar-se do seu objectivo: a divulgação do livro ou o gosto de ler.

biblioteca

«À DESCOBERTA DE AVEIRO»

No dia 1 de Junho, comemorou-se o «Dia Mundial da Criança», de que Aveiro não se alheou, com uma semana cheia de actividades diversas. O programa, deveras atraente, foi da responsabilidade da Câmara Municipal de Aveiro, através de uma Comissão Coordenadora e Executiva que, sob a presença da Vereadora D. Amélia Brito, foi constituída por D. Conceição Madail, D. Haidée Pisa, D. Laura Abade, D. Margarida Torres e D. Maria Helena Mendonça, e que contou com a colaboração de entidades e instituições aveirenses, apostadas em homenagear a criança.

«À descoberta de Aveiro» foi o tema escolhido para denominar a iniciativa. Cerca de cinco mil crianças do primeiro ciclo do Ensino Básico e de jardins de infância do concelho de Aveiro passaram pelo Recinto Municipal de Feiras e Exposições.

No pavilhão verde encontraram uma cidade à sua dimensão, recriada em miniatura; não faltavam aí a gelataria, o supermercado, a «boutique», o auto-banco, o centro de saúde, a biblioteca, a estação de rádio, os bombeiros, a polícia, o ginásio, o correio, o telefone e ainda uma pequena sala para brincar com os fantoches. À porta do pavilhão encontrava-se um mini-comboio, acabado de chegar; era o «vouguinha» que, indo de São João de Loure, era uma réplica do conhecido comboio.

Depois, no exterior, era possível uma viagem às salinas, ver um barco moliceiro, jogar basquete ou futebol, participar nos «jogos sem fronteiras» e admirar as várias dezenas de bonecos-espantalhos, colocados no relvado.

Todavia, o espaço dedicado à iniciativa ocupava também o pavilhão rectangular; dentro dele estava patente uma exposição variadíssima, com trabalhos de alunos, feitos nas escolas do concelho de Aveiro, onde a imaginação das crianças não podia faltar. Desenhos, fotografias, textos, colagens, gastronomia, críticas ao

ambiente... foram alguns dos temas explorados, para além de uma mostra de bonecas e brinquedos antigos, pertencentes a colecções particulares. Este pavilhão tinha ainda um espaço dedicado à projecção de filmes e, entre palmeiras de borracha, também elas de pequeno porte, estava um cavaleiro bebé, que foi o encanto dos miúdos.

A inauguração realizou-se às 9.30 horas do primeiro dia, com a presença das «pessoas mais importantes de Aveiro». Depois, e até ao dia 6 de Junho, as crianças tiveram oportunidade de se recrear, pular, rir e... «descobrir Aveiro» — o que bem demonstrou ser a iniciativa eminentemente pedagógica.

«AVEIRO MEDIEVAL»

Nova Edição da Câmara Municipal de Aveiro

Aproveitando o decorrer da Feira do Livro, os Serviços da Cultura da Câmara Municipal de Aveiro, no dia 1 de Junho, procederam ao lançamento do livro «Aveiro Medieval», da autoria da Dra. Maria João Violante Branco Marques da Silva.

bib



Livro «Aveiro Medieval»
(Design da capa –
Jeremias Bandarra)

va; o acontecimento reuniu responsáveis autárquicos e figuras do meio cultural. A apresentação do livro coube à Professora Doutora Iria Gonçalves, depois de breves palavras do Prof. Celso dos Santos, que justificou a publicação da obra sob a responsabilidade da Câmara Municipal. Além disso, o Vereador do Pelouro da Cultura afirmou que tal tipo de lançamentos é para continuar e mesmo incentivar no futuro. Aliás, a própria autora do livro pôde testemunhar que já é tradicional o apoio da Edilidade Aveirense à edição de obras relacionadas não só com Aveiro mas com toda a região, tanto de escritores locais como outros.

O livro «Aveiro Medieval» é uma obra cheia de preocupações científicas, como frisou a Doutora Iria Gonçalves. A autora, aproveitando a ocasião, justificou a metodologia seguida e quedou-se em apreciações sobre as origens e o meio físico de Aveiro, a vila e a sua população, o senhorio e a administração, a economia, e os grupos sociais e suas vivências comunitárias, com suas práticas religiosas e hábitos de higiene, alimentação e saúde. De resto, é esta a sequência do estudo, que termina com ilustrações de plantas e mapas de Aveiro.

«Aveiro Medieval» é um importante meio para o conhecimento global do centro urbano de Aveiro. «Trata-se de um livro científico e de história regional» — disse a Doutora Iria Gonçalves, que revelou: — «Refira-se que a autora deste livro tem já em elaboração um trabalho sobre Esgueira». O Prof. Doutor A.H. de Oliveira Marques, nas palavras de apresentação, congratulando-se com o trabalho da Dra. Maria João Violante Branco Marques da Silva, escreveu: — «Numa análise particularmente difícil, já que não abundam as fontes para a cidade de Aveiro, a autora conseguiu, não obstante, construir um edifício sólido, onde a investigação e as conclusões se aliam de maneira feliz».

O DR. JONAS SAVIMBI EM AVEIRO

A Câmara Municipal de Aveiro, no dia 4 de Junho, prestou homenagem ao Dr. Jonas Malheiro Savimbi, Presidente da UNITA (Angola), na sua passagem pela nossa cidade. Recebido na Praça da República, o conhecido político subiu ao primeiro andar dos Paços do Concelho, onde foi cumprimentado; seguidamente, realizou-se uma sessão solene, no salão nobre.



*O Dr. Jonas Savimbi
no salão nobre dos
Paços do Concelho*

Começou por usar da palavra o Presidente da Edilidade, Dr. José Girão Pereira, que saudou o Dr. Savimbi, classificando-o como representante do povo angolano e elogiando-o pelo seu trabalho em prol da paz, da democracia e da liberdade.

Sem perda de tempo, o Presidente da UNITA agradeceu a calorosa recepção de que estava a ser alvo, enalteceu o papel de Portugal na mediação efectuada em ordem à pacificação de Angola e lembrou a necessidade da cooperação e assistência bilaterais como forma de auxiliar o seu País a ultrapassar as dificuldades mais prementes; «queremos que seja o povo português — disse — a apoiar a reconstrução de um País dilacerado por trinta anos de guerra, em especial por nos sentirmos unidos à volta de uma mesma língua e de um pulsar comum».

Na ocasião, o Presidente da UNITA ofereceu uma peça de artesanato angolano ao Presidente da Câmara Municipal que, por sua vez, presenteou o visitante com uma peça em porcelana da região aveirense.

Depois da recepção, o Dr. Savimbi com a sua comitiva, acompanhados pelos autarcas locais, dirigiram-se para uma unidade hoteleira da cidade, onde houve um encontro com empresários e jornalistas. O Presidente da UNITA, depois de breves palavras, respondeu a perguntas que lhe foram feitas. Quanto aos investimentos estrangeiros já efectuados em Angola através de acordos firmados com o Governo de Luanda, sossegou todos os empresários aveirenses de que os compromissos existentes serão integralmente cumpridos, «desde que contribuam para o real desenvolvimento de Angola e não para financiar campanhas eleitorais. Perante a precariedade da moeda nacional, defendeu a necessidade de se criarem sistemas financeiros que estimulem a confiança dos investidores. A uma questão posta sobre a acção da Igreja Católica, teve ocasião de testemunhar e salientar o papel especial que ela tem desempenhado, sobretudo na coragem revelada em denunciar situações injustas e em aglutinar pessoas com ideias e interesses divergentes.

II SALÃO AUTOMÓVEL

De 22 a 30 de Junho, decorreu em Aveiro o II Salão Automóvel, em que participaram mais de vinte e cinco expositores. A valiosa mostra foi oficialmente inaugurada às 17 horas do primeiro dia, com a presença do Dr. Pinto Guimarães, em representação oficial do secretário de Estado do Comércio Interno, do governador civil de Aveiro, presidente da Câmara Municipal e diversas entidades. Também estiveram representados, ao mais alto nível, o Automóvel Clube de Portugal, a Prevenção Rodoviária Nacional e a Associação dos Comerciantes de Automóveis de Portugal.

«O automóvel é uma presença cómoda e incómoda nas ruas da nossa cidade», afirmou o Presidente do Executivo Municipal de Aveiro, ao referir-se aos problemas que vão surgindo no dia-a-dia citadino, como a falta de estacionamento, acirculação rodoviária, etc. O Dr. José Girão Pereira sublinhou ainda que Aveiro faz parte da Associação de Cidades Europeias com Indústrias Automóveis. A mostra, segundo as palavras do Presidente da Câmara, significou uma prova da importância que esta indústria tem no desenvolvimento do comércio na região.

Por sua vez, o Presidente da ACAP, João dos Santos, criticou o excessivo peso fiscal que actualmente recai sobre o sector automóvel, afirmando que as contrapartidas são insuficientes. Só em impostos directos sobre a venda de automóveis – afirmou – em 1990, foram cobrados cerca de 480 milhões de contos, o que dá perto de 25 por cento do total de impostos directos cobrados em Portugal. Em contrapartida, os investimentos com novas vias rodoviárias, a reparação das estradas existentes, os esforços com a prevenção rodoviária não atingiram, em igual período, os 200 milhões de contos. Também as restrições à venda de automóveis, as actuais leis sobre venda a prestações, as tabelas do imposto sobre a cilindrada dos automóveis, foram outras das críticas deixadas pelo representante da ACAP; mas, mesmo assim, reconheceu grandes investimentos no sector, nomeadamente com a instalação de novas unidades industriais, construção de auto-estradas, etc. A realização deste certame justifica-se pelo simples facto de o distrito de Aveiro ocupar, presentemente, o quarto lugar nacional a nível da aquisição de automóveis novos, com 10.090 veículos, em 1990, o que em termos percentuais lhe dá 5,4% do volume nacional – o quarto lugar, depois de Lisboa, Porto e Setúbal.

Paralelamente ao certame, decorreram algumas actividades de animação, como: – II Grande Prova de Perícia Automóvel «Jornal de Notícias», organizada pelo Vouga Sport Clube; Desfile do Automóvel Antigo, organizado pelo Clube Aveirense do Automóvel Antigo; e demonstrações de Karting infantil e sénior, e ainda provas de helicópteros telecomandados e de radio-modelismo.

O dia 26 foi reservado à realização de várias palestras sobre o tema geral «O Automóvel e o Desenvolvimento Nacional e Regional», que se dividiu em subtemas: – «Panorâmica da sinistralidade rodoviária em Portugal», pelo Dr. Miguel Lima, promovida pela Prevenção Rodoviária Portuguesa; «O automóvel, que futuro», pelo Eng. Guilherme Pacheco, promovida pelo Automóvel Clube de Portugal; «O sistema integrado de alerta e informação na rede rodoviária», pelo Eng. Sousa e Melo, promovida pela Junta Autónoma das Estradas; «Ordenamento do trânsito e sinistralidade da região de Aveiro», pelo Sub-Comissário Simões, promovida pela Polícia de Segurança Pública, de Aveiro; «As implicações do Mercado Único Europeu, no comércio de veículos automóveis», pelo Dr. Joaquim Costa Neves, promovida pela ACAP; «O sector de reparação automóvel em Portugal, perante os desafios do Mercado Único de 1993», pelo Eng. Vitor Ribeiro, promovida pela ARAM.

biblioteca

Cartaz do II Salão
Automóvel (Design –
João Portugal)



Comissão de Honra: — Secretário de Estado do Comércio Interno; Governador Civil de Aveiro; Presidente da Câmara Municipal de Aveiro; Director-Geral da Indústria; Director-Geral de Viação; Presidente da Junta Autónoma de Estradas; Director da Prevenção Rodoviária Portuguesa; Presidente da Associação do Comércio de Automóveis Portugueses; Presidente do Automóvel Clube de Portugal; Presidente da Associação Comercial de Aveiro; Presidente da Associação Industrial do Distrito de Aveiro; Presidente do Clube Aveirense de Automóveis Antigos; Presidente da Região de Turismo Rota da Luz; Comandante Distrital da P.S.P.; Vouga Sport Clube; Associação Nacional do Ramo Automóvel.

Comissão Executiva: — Prof. Celso dos Santos – Vereador; João dos Santos – Garagem Universal; António Henriques – Caciauto; Justino Pinheiro – Stand Justino; Manuel Oliveira – Rangel & Oliveira, Lda.; Carlos Mendes – Auto Sueco, Lda.; Dr. José Azevedo – Automóveis Antigos; Sr. Gastão – Gastauto; Conceição Pocinho – Bidalcar.

Secretariado: — Arq.º José Quintão; Alexandrina Maximino; Irene Bártolo; Elmano Ramos; João Portugal; Justino Ribeiro; Gonçalo Lé; Eng.º Acílio Vitória.

Gabinete de Imprensa: — José Carlos Maximino.

Janeiro, 2	A Câmara deliberou conceder um subsídio de 100.000\$00 à Liga dos Amigos do Hospital de Aveiro, para a comparticipação nas actividades desenvolvidas, mormente no apoio aos doentes mais necessitados. – Foi deliberado conceder um subsídio de 2.500.000\$00 ao Centro de Formação e Cultura da Costa do Valado, destinado à construção da respectiva sede.	Amigos do Hospital de Aveiro Centro de Formação e Cultura da Costa do Valado
Janeiro, 14	A Edilidade deliberou conceder um subsídio de 1.500.000\$00 para obras de restauro na Capela de S. Gonçálinho, na freguesia da Vera-Cruz. – Foi deliberado aprovar o teor de um protocolo a celebrar entre a Câmara Municipal e o Círculo Experimental de Teatro de Aveiro (CETA); a Câmara comprometeu-se a atribuir um subsídio mensal de 100.000\$00, mediante a apresentação anual de alguns espectáculos de teatro. O protocolo, com duração de um ano, entrou em vigor no dia 1 de Fevereiro.	Capela de S. Gonçálinho CETA
Fevereiro, 15	O Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações veio a Aveiro inaugurar a nova estrada de ligação ao nó «Aveiro-Sul» da auto-estrada, em Mamodeiro.	Nova estrada
Fevereiro, 18	A Câmara Municipal atribuiu a medalha de mérito municipal, em ouro, à Polícia de Segurança Pública do Distrito de Aveiro, que lhe seria entregue em 1 de Março, Dia do Comando Distrital.	Distinção honorífica
Fevereiro, 25	A Edilidade deliberou exarar um voto de pesar pelo falecimento do Dr. Orlando de Oliveira que foi, durante anos, reitor do Liceu Nacional de Aveiro. – Foi deliberado adjudicar a execução do livro «Alberto Souto – Um Contributo para a sua Biografia», redigido por Luís Souto de Miranda. – Foi deliberado que o dia 14 de Abril, no decorrer da Feira de Março, se dedicasse às Cidades Irmãs e Amigas.	Voto de pesar Alberto Souto Cidades Irmãs
Abril, 29	A Câmara Municipal deliberou adquirir mais um barco moliceiro, totalmente equipado.	Moliceiro
Maiio, 27	Presente um ofício da Escola Secundária n.º 1 a solicitar o parecer da Câmara Municipal para atribuição do nome de um aveirense àquele estabelecimento de ensino, o Executivo deliberou, por unanimidade, concordar com o parecer da Comissão Consultiva de Cultura, propondo para o efeito o nome de Francisco Augusto da Silva Rocha. – Foi deliberado, por unanimidade, adquirir um valioso livro de actas do Senado de Esgueira (1752-1760), com encadernação em pele, que ficará a pertencer ao espólio do Arquivo Histórico Municipal.	Nome para uma escola Arquivo Histórico Municipal

- Junho, 3** Foi deliberado pelo Executivo Municipal exarar em acta um voto de louvor pela forma digna e empenhada com que a equipa do Sport Clube Beira-Mar jogou na final da «Taça de Portugal», que se realizou em Lisboa no passado dia 2 – exibição que muito prestigiou a região de Aveiro. **Sport Clube Beira-Mar**
- Junho, 17** A Câmara Municipal concordou com o projecto sobre a criação do Museu da Ria, apresentado pelo Vereador do Pelouro da Cultura, o qual tem o apoio do Instituto Português do Património Cultural, o interesse da Associação de Municípios da Ria e da Junta Autónoma do Porto de Aveiro e a colaboração da Universidade de Aveiro; esta instalará no mesmo edifício – Lota – o «Forum Doca Pesca» para investigação científica. **Museu da Ria**
- Foi deliberado que a Comissão Organizadora da FARAV/91 fosse assim constituída: – Prof. Celso dos Santos, representante da «Rota da Luz», representante da Cooperativa de Artesãos «A Barrica», Arq. José Quintão, Dr. Emanuel Cunha, João Portugal, Alexandrina Maximino, Irene Bártole, Elmano Ramos e Justino Ribeiro. **FARAV/91**
- Junho, 24** Apreciado novamente o protocolo a celebrar entre a Câmara Municipal e a Orquestra de Câmara de Aveiro, o Executivo deliberou considerá-lo aprovado, em princípio, ficando o Vereador do Pelouro da Cultura encarregado de acertar o montante do subsídio, em diálogo com a Direcção da Orquestra. **Orquestra de Câmara de Aveiro**

LIMITE DE VELOCIDADE EM 1908

14 de Novembro de 1908

1908 — A folha oficial publicou uma portaria governamental que fixava em dez quilómetros à hora, dentro das povoações, e em trinta, fora das povoações, o máximo da velocidade para os automóveis. Por uma interessante estatística, vê-se que em Portugal existiam 840 automóveis, cabendo 21 ao Distrito de Aveiro.